

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## **1 Contexto operacional**

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 32.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**a. Apuração do resultado**

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 32.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 63.085 em 2018 (R\$ 55.836 em 2017).

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4.a para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

**c. Ativos financeiros**

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide nota explicativa nº 33.

#### ***d. Contas a receber***

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a duração do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide notas explicativas nº 5 e 33.d.3), levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

#### ***e. Estoques***

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

***f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade***

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

***g. Investimentos***

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

***h. Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 20), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 13).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**i. Arrendamento mercantil**

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo às controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 13 e 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide notas explicativas nº 2.1 e 15.i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 34.c).

**j. Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 14):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 14.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 14 itens a e e).

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

***k. Demais ativos***

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

***l. Passivos financeiros***

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 15.j).

***m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido***

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ e CSLL correntes são considerados também a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.



*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

***n. Provisão para retirada de tanques***

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 20). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

***o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 21).

***p. Benefícios pós-emprego***

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 19.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

***q. Demais passivos***

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

***r. Transações em moeda estrangeira***

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**s. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior**

**s.1 Controladas com autonomia administrativa**

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Real) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 65.857 de ganho cambial (R\$ 53.061 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2017), vide nota explicativa nº 25.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<b><u>Controlada</u></b>	<b><u>Moeda funcional</u></b>	<b><u>País</u></b>
Oxitenos México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxitenos Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxitenos Andina, C.A. (ii)	Bolívar Soberano	Venezuela

(i) A controlada Oxitenos Uruguay S.A. (“Oxitenos Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29 (CPC 42), as características do ambiente econômico da Venezuela indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxitenos Andina, C.A. (“Oxitenos Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em 20 de agosto de 2018, o Banco Central da Venezuela colocou em vigência a reconversão monetária (eliminação de cinco zeros da moeda) e o Bolívar Soberano (“VES”). A mudança implica na alteração da escala monetária para simplificar as transações comerciais e registros contábeis, sendo o Bolívar Soberano negociado em 31 de dezembro de 2018 à taxa de 636,58 VES/US\$ para venda e 638,18 VES/US\$ para compra.

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela e da incerteza de realização dos ativos pela controladora Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”), a administração da Sociedade reconheceu a provisão ao valor recuperável dos ativos da controlada Oxiteno Andina no montante de R\$ 5.565, conforme demonstrado abaixo:

<b><u>Ativo circulante</u></b>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.703
Contas a receber de clientes	290
Estoques	985
Demais contas a receber	160
	<hr/> 3.138
<b><u>Ativo não circulante</u></b>	
Imobilizado	2.427
	<hr/>
Total da provisão ao valor recuperável	<hr/> <u>5.565</u>

## **s.2 Controladas sem autonomia administrativa**

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2018 totalizou R\$ 4.090 (ganho de R\$ 7.368 em 2017).

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

#### **t. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos***

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

##### **t.1 Julgamentos**

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.1, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

##### **t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.1, 4, 15 e 33), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 33.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.s.1.ii), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 14.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 20), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 21), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 19.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 24 e 33.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

#### **u. *Redução ao valor recuperável de ativos***

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável para a controlada Oxiten Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

#### **v. *Combinação de negócios***

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**w. Demonstrações de valor adicionado**

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, da controladora e consolidadas, nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

**x. Demonstrações dos fluxos de caixa**

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, da controladora e consolidadas, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

**y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB**

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018:

	<b>CPC correspondente</b>
• Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de teste do valor recuperável para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> .	48
• Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrentes de um contrato com um cliente.	47
• Contabilidade em economia hiperinflacionária – IAS 29 e Aplicação da abordagem de atualização monetária prevista no IAS 29 – IFRIC 7.	42 e ICPC 23

A Sociedade e suas controladas divulgam a seguir as informações dos impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47) e reclassificações para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(1) adoção do IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluíram que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os fundos de investimentos são classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado (vide nota explicativa nº 2.c).

2017					
Classificação anterior de acordo com o CPC 38/IAS 39			Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9		
	Categoria	Valor contábil	Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	147.926	-	-	147.926
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.821.605	-	4.821.605	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	32.473	32.473	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	68.742	-	2.720	66.022
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	7.449	-	-	7.449
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	129.131	-	129.131	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	85.753	85.753	-	-
Total		6.369.928	1.195.075	4.953.456	221.397

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Sociedade e suas controladas avaliaram as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a duração do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide nota explicativa nº 2.d).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos decorrentes desta alteração mantendo a permanência da aplicação do IAS 39.

(2) adoção do IFRS 15 (CPC 47) – Reconhecimento de receita de contrato com cliente

A Sociedade e suas controladas avaliaram todas as etapas para o reconhecimento de suas receitas de contratos com cliente e com base no seu diagnóstico não identificaram impactos materiais de mensuração decorrentes da adoção dessa norma (vide nota explicativa nº 2.a).

Em relação a apresentação da demonstração de resultados, a Sociedade e suas controladas avaliaram que algumas despesas, alocadas até 31 de dezembro de 2017 na rubrica com vendas e comerciais, devem ser apresentadas como redutoras de receita, substancialmente em relação à despesa com amortização de direitos de exclusividade com postos de serviços Ipiranga.

A Sociedade e suas controladas adotaram retrospectivamente os impactos dos IFRS 9 e 15.

(3) reclassificações

As seguintes reclassificações foram realizadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras: i) no balanço patrimonial foi feita a reclassificação entre imobilizado e intangível referente a participação da controlada Cia. Ultragaz na aquisição de tanques e vasilhames para GLP de seus revendedores; e ii) na demonstração de resultados foi feita a segregação de impostos sobre vendas e compras entre receita e custo.

(4) efeito do reconhecimento retrospectivo da mais valia relativa a aquisição da CBLSA

Conforme requerido pelo item 45 do CPC 15/IFRS 3, a Sociedade está apresentando retrospectivamente os efeitos da mais valia de ativos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017, relativa a conclusão da alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) da associação com a Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (“CBLSA”) - vide nota explicativa nº 3.c.



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os quadros a seguir sumarizam os impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47) e reclassificações, no balanço patrimonial, na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

**Balanço patrimonial de 01 de janeiro de 2017**

Ativo	Conforme divulgado 31/12/2016	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Circulante</b>					
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes	3.502.322	(84.713)	(29.442)	-	3.388.167
Estoques	2.761.207	-	20.170	-	2.781.377
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	448.316	-	448.316
Outros ativos circulantes	6.748.267	-	-	-	6.748.267
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>13.011.796</b>	<b>(84.713)</b>	<b>439.044</b>	<b>-</b>	<b>13.366.127</b>
<b>Não circulante</b>					
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	989.768	-	989.768
Imposto de renda e contribuição social diferidos	417.344	28.802	13.472	-	459.618
Outros ativos não circulantes	1.429.262	-	-	-	1.429.262
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>	<b>1.846.606</b>	<b>28.802</b>	<b>1.003.240</b>	<b>-</b>	<b>2.878.648</b>
Investimentos	141.687	-	-	-	141.687
Imobilizado	5.787.982	-	-	8.436	5.796.418
Intangível	3.371.599	-	(1.471.527)	(8.436)	1.891.636
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>11.147.874</b>	<b>28.802</b>	<b>(468.287)</b>	<b>-</b>	<b>10.708.389</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>24.159.670</b>	<b>(55.911)</b>	<b>(29.243)</b>	<b>-</b>	<b>24.074.516</b>

**Balanço patrimonial de 01 de janeiro de 2017**

Passivo	Conforme divulgado 31/12/2016	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Circulante</b>					
Obrigações tributárias	171.033	-	(2.647)	-	168.386
Outros passivos circulantes	5.315.913	-	-	-	5.315.913
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>5.486.946</b>	<b>-</b>	<b>(2.647)</b>	<b>-</b>	<b>5.484.299</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>10.114.166</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.114.166</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Reservas de lucros	4.466.392	(55.831)	(26.596)	-	4.383.965
Outros itens do patrimônio líquido	4.061.231	-	-	-	4.061.231
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	8.527.623	(55.831)	(26.596)	-	8.445.196
Acionistas não controladores de controladas	30.935	(80)	-	-	30.855
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>8.558.558</b>	<b>(55.911)</b>	<b>(26.596)</b>	<b>-</b>	<b>8.476.051</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>24.159.670</b>	<b>(55.911)</b>	<b>(29.243)</b>	<b>-</b>	<b>24.074.516</b>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2017**

Ativo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Mais valia CBLSA (4)	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Circulante</b>						
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes	4.337.118	(157.198)	(32.026)	-	-	4.147.894
Estoques	3.491.879	-	21.698	-	133	3.513.710
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	456.213	-	-	456.213
Outros ativos circulantes	7.372.294	-	-	-	-	7.372.294
Total do ativo circulante	15.201.291	(157.198)	445.885	-	133	15.490.111
<b>Não circulante</b>						
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	1.046.147	-	-	1.046.147
Imposto de renda e contribuição social diferidos	545.611	53.447	15.003	-	-	614.061
Outros ativos não circulantes	2.107.965	-	-	-	-	2.107.965
Total do ativo realizável a longo prazo	2.653.576	53.447	1.061.150	-	-	3.768.173
Investimentos	150.194	-	-	-	-	150.194
Imobilizado	6.607.788	-	-	26.740	3.298	6.637.826
Intangível	3.727.473	-	(1.538.095)	(26.740)	75.404	2.238.042
Total do ativo não circulante	13.139.031	53.447	(476.945)	-	78.702	12.794.235
Total do ativo	28.340.322	(103.751)	(31.060)	-	78.835	28.284.346

**Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2017**

Passivo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Mais valia CBLSA (4)	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Circulante</b>						
Obrigações tributárias	225.829	-	(4.300)	-	-	221.529
Outros passivos circulantes	6.788.159	-	-	-	-	6.788.159
Total do passivo circulante	7.013.988	-	(4.300)	-	-	7.009.688
<b>Não circulante</b>						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.524	-	-	-	45.118	83.642
Outros passivos não circulantes	11.566.978	-	-	-	-	11.566.978
Total do passivo não circulante	11.605.502	-	-	-	45.118	11.650.620
<b>Patrimônio líquido</b>						
Reservas de lucros	3.760.079	(103.468)	(26.760)	-	-	3.629.851
Ajustes de avaliação patrimonial	159.643	-	-	-	(4.819)	154.824
Outros itens do patrimônio líquido	5.461.539	-	-	-	-	5.461.539
Patrimônio líquido atribuível a:						
Acionistas da Ultrapar	9.381.261	(103.468)	(26.760)	-	(4.819)	9.246.214
Acionistas não controladores de controladas	339.571	(283)	-	-	38.536	377.824
Total do patrimônio líquido	9.720.832	(103.751)	(26.760)	-	33.717	9.624.038
Total do passivo e do patrimônio líquido	28.340.322	(103.751)	(31.060)	-	78.835	28.284.346

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017**

	<b>Conforme divulgado</b>	<b>Adoção IFRS 9 (1)</b>	<b>Adoção IFRS 15 (2)</b>	<b>Reclassificações (3)</b>	<b>Após adoção IFRS 9 e 15</b>
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	80.007.422	-	(474.628)	(302.780)	79.230.014
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(72.735.781)	-	1.528	302.780	(72.431.473)
<b>Lucro bruto</b>	7.271.641	-	(473.100)	-	6.798.541
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas e comerciais	(2.885.311)	(72.485)	471.407	-	(2.486.389)
Outros itens das receitas (despesas) operacionais	(1.519.410)	-	-	-	(1.519.410)
<b>Lucro operacional</b>	2.866.920	(72.485)	(1.693)	-	2.792.742
Resultado financeiro líquido	(474.296)	-	-	-	(474.296)
Equivalência patrimonial	20.673	-	-	-	20.673
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	2.413.297	(72.485)	(1.693)	-	2.339.119
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	(922.458)	-	-	-	(922.458)
Diferido	83.029	25.599	576	-	109.204
	(839.429)	25.599	576	-	(813.254)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.573.868	(46.886)	(1.117)	-	1.525.865
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	1.574.306	(46.825)	(976)	-	1.526.505
Acionistas não controladores de controladas	(438)	(61)	(141)	-	(640)
<b>Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do exercício) - R\$</b>					
Básico	2,9056				2,8169
Diluído	2,8847				2,7968

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Demonstrações dos fluxos de caixa findo em 31 de dezembro de 2017

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.573.868	(46.886)	(1.117)	-	1.525.865
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>					
Equivalência patrimonial	(20.673)	-	-	-	(20.673)
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	463.049	-	463.049
Depreciações e amortizações	1.175.951	-	(471.407)	-	704.544
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	13.134	-	-	-	13.134
Despesas com retirada de tanques	(15.432)	-	-	15.432	-
Juros, variações monetárias e cambiais	854.671	-	-	-	854.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(83.029)	(25.599)	(576)	-	(109.204)
Resultado na venda de bens	2.242	-	-	-	2.242
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	132.756	132.756
Provisão para perda em estoques	-	-	-	(802)	(802)
Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	13.968	13.968
Demais provisões e ajustes	(868)	-	2.407	-	1.539
	<u>3.499.864</u>	<u>(72.485)</u>	<u>(7.644)</u>	<u>161.354</u>	<u>3.581.089</u>
<b>(Aumento) diminuição no ativo circulante</b>					
Contas a receber e financiamentos a clientes	(665.145)	72.485	(3.006)	(129.574)	(725.240)
Estoques	(605.757)	-	-	(727)	(606.484)
Outros itens do ativo circulante	30.860	-	-	-	30.860
<b>Aumento (diminuição) no passivo circulante</b>					
Obrigações tributárias	34.707	-	-	(1.653)	33.054
Seguro e demais contas a pagar	(33.955)	-	-	(15.432)	(49.387)
Outros itens do passivo circulante	1.216.294	-	-	-	1.216.294
<b>(Aumento) diminuição no ativo não circulante</b>					
Outros itens do ativo não circulante	(393.991)	-	-	-	(393.991)
<b>Aumento (diminuição) no passivo não circulante</b>					
Benefícios pós-emprego	13.209	-	-	(13.968)	(759)
Outros itens do passivo não circulante	20.142	-	-	-	20.142
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	(529.732)	-	(529.732)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(836.808)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(836.808)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>2.279.420</u>	<u>-</u>	<u>(540.382)</u>	<u>-</u>	<u>1.739.038</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de imobilizado	(1.262.558)	-	-	(39.629)	(1.302.187)
Aquisição de intangível	(801.971)	-	540.382	39.629	(221.960)
Outros itens das atividades de investimentos	<u>152.392</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>152.392</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(1.912.137)</u>	<u>-</u>	<u>540.382</u>	<u>-</u>	<u>(1.371.755)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<u>340.349</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>340.349</u>
<b>Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira</b>	20.214	-	-	-	20.214
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>727.846</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>727.846</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	4.274.158	-	-	-	4.274.158
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	5.002.004	-	-	-	5.002.004

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

(5) CPC 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária (correlação ao IAS 29) e ICPC 23 – Aplicação da abordagem de atualização monetária prevista no CPC 42 (correlação ao IFRIC 7).

Em 7 de dezembro de 2018, foi aprovado pelo CPC a emissão do CPC 42 e ICPC 23. As controladas Oxiteno Andina e Oxiteno Argentina estão inseridas neste contexto, sendo que a Sociedade já adotava a definição e orientação geral do IAS 29, não tendo, portanto, impactos nas demonstrações financeiras.

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2018:

	<b><u>CPC</u></b>	<b><u>Vigente em</u></b>
	<b><u>correspondente</u></b>	
(i) Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	06 (R2)	2019
(ii) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro – IFRIC 23: esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.	ICPC 22	2019

(i) Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 R2), a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos contratados pelas controladas da Sociedade impactarão as demonstrações financeiras conforme segue:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal e juros pagos apresentados nas atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Os requisitos para a contabilização de arrendadores permanecerão praticamente inalterados. Entretanto, em casos de subarrendamento, o arrendador intermediário é requerido a classificar suas operações de sublocação como arrendamentos financeiros ou operacionais tomando como referência o ativo de direito de uso decorrente do arrendamento principal, e não por referência ao ativo subjacente como estipulado anteriormente pela IAS 17 (CPC 06 R1).

A Sociedade selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de transição. O IFRS 16/CPC 06 (R2) determina se um contrato contém um arrendamento considerando se um cliente tem o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No diagnóstico da adoção, a administração da Sociedade, com o auxílio de consultoria especializada, efetuou o inventário dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, áreas portuárias e valores menos representativos advindos de outras operações onde foram identificados a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme previsto na norma, arrendamentos de curto prazo com prazo de locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores pessoais e móveis de escritório, manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares no resultado.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos serão utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 7 e a ICPC 03/IFRIC 4;
- utilização de taxa de desconto de acordo com o prazo de contrato e características similares;
- não será realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados;
- exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso; e
- foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

O quadro a seguir sumariza o intervalo dos impactos estimados na adoção dos IFRS 16 (CPC 06 R2), em 1 de janeiro de 2019:

	De	Até
<b>Ativo circulante</b>		
Despesa antecipada	(38.939)	(38.939)
<b>Ativo não circulante</b>		
Despesa antecipada	(288.630)	(288.630)
Ativos de direito de uso	1.731.314	1.940.091
Intangível	(39.178)	(39.178)
Total do ativo	<u>1.364.567</u>	<u>1.573.344</u>
<b>Passivo circulante</b>		
Arrendamentos a pagar	184.136	219.399
<b>Passivo não circulante</b>		
Arrendamentos a pagar	1.180.431	1.353.945
Total do passivo	<u>1.364.567</u>	<u>1.573.344</u>

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes de definição os seguintes pontos:

- taxa de desconto;
- estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

Desse modo, tendo em vista a existência de componentes significativos de julgamento nesse pronunciamento, a administração entende que poderão haver alterações nos montantes acima apresentados.

(ii) Na avaliação da administração da Sociedade, não são esperados impactos significativos em decorrência da adoção do IFRIC23/ICPC22, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

#### ***z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras***

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de administração da Sociedade em 20 de fevereiro de 2019.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **3 Princípios de consolidação, participações societárias e aquisições**

#### ***a. Princípios de consolidação***

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## b. Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			31/12/2018		31/12/2017	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Ipiranga Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	-	-	100
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	100	-	100	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	-	99	-	99
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiteno	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	Oxiteno	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Andina, C.A.	Venezuela	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Shanghai LTD.	China	Oxiteno	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda. (nota explicativa nº 3.d)	Brasil	Ultracargo	-	100	-	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**c. Associação com Chevron Brasil Lubrificantes S.A.**

Em 4 de agosto de 2016, a Sociedade, por meio da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), firmou acordo de associação com a Chevron Latin America Marketing LLC e Chevron Amazonas LLC (“Chevron”) para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes. A associação é formada pelas operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Em fevereiro de 2017, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela Superintendência Geral (“SG”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e publicada no Diário Oficial da União. Em 1 de dezembro de 2017, a associação foi consumada, por meio do aporte da controlada Ipiranga Lubrificantes S.A. (“IpiLubs”) na CBLSA e consequente obtenção de controle pelo ingresso da IPP como acionista da CBLSA. A IPP e a Chevron detêm 56% e 44%, respectivamente, do capital da CBLSA.

A Sociedade apurou o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, consequentemente, o ágio. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores para alocação do preço de compra e apurou o ágio no montante de R\$ 69.807. O ágio está fundamentado pela sinergia entre as operações de lubrificantes da CBLSA e a IpiLubs.

Os montantes para alocação do preço de compra eram provisórios na data em quem foram divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 2018, a Sociedade apurou os montantes definitivos e ajustou retrospectivamente a 1 de dezembro de 2017 a alocação do preço de compra durante o quarto trimestre de 2018. O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição (1 de dezembro de 2017):

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

<b>Ativo circulante</b>	<b>Valor provisório</b>	<b>Valor final</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Valor provisório</b>	<b>Valor final</b>	<b>Ajuste</b>
Caixa e equivalentes de caixa <sup>(1)</sup>	73.316	73.316	-	Fornecedores	33.453	33.453	-
Contas a receber	157.016	157.016	-	Salários e encargos sociais	18.251	18.251	-
Estoques	112.998	113.131	133	Obrigações tributárias	20.089	20.089	-
Impostos a recuperar	5.595	5.595	-	Demais contas a pagar	28.743	28.743	-
Demais contas a receber	15.497	15.497	-		100.536	100.536	-
	364.422	364.555	133				
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Sociedades relacionadas	7.077	7.077	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	202.352	202.352	-
Ativo de indenização	202.352	202.352	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.300	48.418	45.118
Depósitos judiciais	4.095	4.095	-	Benefícios pós-emprego	44.478	44.478	-
Demais contas a receber	5.257	5.257	-		250.130	295.248	45.118
Imobilizado	172.526	175.823	3.298				
Intangível	9.944	139.215	129.270				
	401.251	533.819	132.568				
Total dos ativos adquiridos	765.673	898.374	132.701	Total dos passivos assumidos	350.666	395.784	45.118
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	123.673	69.807	(53.866)	Participação de acionistas não controladores	182.603	221.139	38.536
Total dos ativos adquiridos e do ágio	889.346	968.181	78.835	Valor da aquisição	356.077	351.258	(4.819)

<sup>(1)</sup> Inclui o caixa aportado pela IPP.

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, conforme demonstrados abaixo:

	<b>R\$</b>	<b>Vida útil</b>	<b>Método de amortização</b>
Direito de uso de marcas	114.792	39 anos	Linear
Carteira e relacionamento com clientes	14.478	30 anos	Linear
Total	129.270		

O ágio foi calculado da seguinte forma:

	<b>Valor provisório</b>	<b>Valor final</b>	<b>Ajuste</b>
Valor da aquisição	356.077	351.258	4.819
Total dos ativos adquiridos	(765.673)	(898.374)	(132.701)
Total dos passivos assumidos	350.666	395.784	45.118
Participação de acionistas não controladores	182.603	221.139	38.536
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.a)	123.673	69.807	53.866

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizado e intangível adquiridos, vide as notas explicativas nº 13 e 14, respectivamente e sobre a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e ativo de indenização, vide nota explicativa nº 21.c.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada pro forma da Sociedade em 2017, considerando que a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

	<b><u>2017</u></b>
Receita líquida de vendas e serviços	80.007.676
Lucro operacional	2.760.458
Lucro líquido do exercício	1.507.074
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 31)	2,7822
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 31)	2,7624

Visando a simplificação societária, o aproveitamento das estruturas e a união de empresas com atividades similares, a IpiLubs foi incorporada pela CBLSA em 1 de novembro de 2018. Neste mesmo ato, a controlada alterou sua razão social para Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”).

***d. Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.***

Em 30 de janeiro de 2018, a Sociedade, por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (“TEAS”), de propriedade da Raízen Energia S.A. e Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda., que já era operado pela controlada Tequimar no Porto de Santos. O valor da aquisição foi R\$ 103.373. Em 14 de fevereiro de 2018, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela SG do CADE. Em 2 de março de 2018, o CADE emitiu um certificado de trânsito em julgado, atestando a aprovação da operação. Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação.

A Sociedade apurou o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, consequentemente, o ágio. No processo de identificação de ativos e passivos não foram identificados ativos intangíveis a serem reconhecidos nos livros da adquirente. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores para alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) e apurou o ágio no montante de R\$ 797.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<b><u>Ativo circulante</u></b>		<b><u>Passivo circulante</u></b>	
Caixa e equivalentes de caixa	3.662	Fornecedores	14
Impostos a recuperar	3.830	Contraprestação contingente	2.880
	<u>7.492</u>		<u>2.894</u>
<b><u>Ativo não circulante</u></b>		<b><u>Passivo não circulante</u></b>	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.054	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	141
Depósitos judiciais	72		<u>141</u>
Ativo de indenização	141		
Imobilizado	96.852		
	<u>98.119</u>		
Total dos ativos adquiridos	<u>105.611</u>	Total dos passivos assumidos	<u>3.035</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	797		
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>106.408</u>	Valor da aquisição	103.373

O cálculo do ágio foi calculado da seguinte forma:

Valor da aquisição	103.373
Total dos ativos adquiridos	(105.611)
Total dos passivos assumidos	<u>3.035</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.a)	<u>797</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados adquiridos, vide a nota explicativa nº 13.

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada pro forma da Sociedade em 2018, considerando que a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

	<b><u>2018</u></b>
Receita líquida de vendas e serviços	90.697.983
Lucro operacional	1.899.481
Lucro líquido do exercício	1.132.468
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 31)	2,1226
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 31)	2,1086

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

***e. Aquisição não efetivada***

Em 17 de novembro de 2016, a controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”) por R\$ 2.665 milhões, sujeito a correção pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE apreciou a transação e, a despeito de todos os esforços feitos pelas requerentes, decidiu rejeitar a transação. Devido à não consumação da transação, em 9 de março de 2018, a Cia. Ultragaz pagou uma multa contratual de R\$ 286.160 em benefício da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”), vide nota explicativa nº 29.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

#### **4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados ao CDI, operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 33.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.994.406 em 2018 (R\$ 6.369.928 em 2017) e estão distribuídos conforme abaixo:

##### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas estão distribuídos conforme abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	381	143	117.231	73.128
Em moeda estrangeira	-	-	88.251	74.798
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	171.934	93.031	3.722.308	4.821.605
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	11.161	32.473
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>172.315</u>	<u>93.174</u>	<u>3.938.951</u>	<u>5.002.004</u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**b. Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	565.930	21.657	2.537.315	1.153.040
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	154.811	129.131
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	363.329	85.753
Total de aplicações financeiras	<u>565.930</u>	<u>21.657</u>	<u>3.055.455</u>	<u>1.367.924</u>
Circulante	565.930	21.657	2.853.106	1.283.498
Não circulante	-	-	202.349	84.426

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 33.j).



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

### a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Clientes nacionais	4.290.996	4.024.919
Clientes estrangeiros	244.960	230.508
( - ) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(385.080)	(347.801)
	<u>4.150.876</u>	<u>3.907.626</u>
Circulante	4.069.307	3.861.325
Não circulante	81.569	46.301

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
<b>31/12/2018</b>	4.535.956	3.739.601	121.622	53.864	49.629	84.920	486.320
<b>31/12/2017 – Reapresentado (i)</b>	4.255.427	3.553.976	189.071	39.314	44.314	74.037	354.715

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
<b>31/12/2018</b>	385.080	39.226	4.094	3.754	5.533	46.783	285.690
<b>31/12/2017 – Reapresentado (i)</b>	347.801	27.104	7.672	2.794	2.173	20.500	287.558

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.d.3.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b. Financiamentos a clientes**

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017 Reapresentado (i)</b>
Financiamentos a clientes – Ipiranga	855.229	675.236
( - ) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(139.699)	(104.977)
	<b>715.530</b>	<b>570.259</b>
Circulante	367.262	286.569
Não circulante	348.268	283.690

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam substancialmente de 12 meses a 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas são de 0% a.m. e 1% a.m., respectivamente.

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	<b>Total</b>	<b>A vencer</b>	<b>Vencidos</b>				
			<b>&lt; 30 dias</b>	<b>31 a 60 dias</b>	<b>61 a 90 dias</b>	<b>91 a 180 dias</b>	<b>&gt; 180 dias</b>
<b>31/12/2018</b>	855.229	633.183	11.262	14.869	9.377	20.783	165.755
<b>31/12/2017 – Reapresentado (i)</b>	675.236	516.547	11.868	7.177	3.883	13.775	121.986

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	<b>Total</b>	<b>A vencer</b>	<b>Vencidos</b>				
			<b>&lt; 30 dias</b>	<b>31 a 60 dias</b>	<b>61 a 90 dias</b>	<b>91 a 180 dias</b>	<b>&gt; 180 dias</b>
<b>31/12/2018</b>	139.699	26.982	1.250	1.642	1.131	12.176	96.518
<b>31/12/2017 – Reapresentado (i)</b>	104.977	635	189	86	63	1.951	102.053

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.d.3.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017 Reapresentado (i)		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.367.015	(1.804)	1.365.211	1.626.582	(3.074)	1.623.508
Produtos acabados	581.504	(20.923)	560.581	500.223	(18.495)	481.728
Produtos em elaboração	1.412	-	1.412	1.637	-	1.637
Matérias-primas	383.161	(1.894)	381.267	492.029	(1.835)	490.194
Gás liquefeito de petróleo - GLP	109.362	(5.761)	103.601	102.748	(5.761)	96.987
Materiais de consumo e outros itens para revenda	150.188	(3.770)	146.418	160.024	(5.380)	154.644
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	583.060	(5.364)	577.696	417.726	(2.447)	415.279
Compra para entrega futura <sup>(1)</sup>	193.928	(2.964)	190.964	222.808	-	222.808
Imóveis para revenda	27.489	(107)	27.382	27.032	(107)	26.925
	<u>3.397.119</u>	<u>(42.587)</u>	<u>3.354.532</u>	<u>3.550.809</u>	<u>(37.099)</u>	<u>3.513.710</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	47.271
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(6.713)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(3.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.099
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	600
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	3.903
Oxitenio Andina <sup>(*)</sup>	985
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>42.587</u>

<sup>(\*)</sup> Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxitenio Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ajuste ao valor de realização	21.402	19.817
Obsolescência e outras perdas	<u>21.185</u>	<u>17.282</u>
Total	<u><u>42.587</u></u>	<u><u>37.099</u></u>

## **7 Tributos a recuperar**

### ***a. Impostos a recuperar (Consolidado)***

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS (a.1)	710.669	580.630
Provisão para perdas de ICMS	(99.187)	(72.076)
PIS e COFINS (a.2)	720.731	348.333
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	31.678	27.180
Outros	<u>22.988</u>	<u>15.587</u>
Total	<u><u>1.386.879</u></u>	<u><u>899.654</u></u>
Circulante	639.699	664.954
Não circulante	747.180	234.700

A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	68.683
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	<u>3.393</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.076
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	<u>27.111</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>99.187</u></u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**a.1** O saldo credor de ICMS acumulado está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) A controlada IPP possui créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petrobras), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol);
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste.

A administração estima a realização desses créditos no prazo de até 10 anos.

**a.2** Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003 pelas controladas IPP e Cia. Ultragaz, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos. A controlada Oxiteno S.A. reconheceu, em 31 de dezembro de 2018, créditos decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável para exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS (vide nota explicativa nº 21.a.1.2), bem como de restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS-Semestralidade. As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) reconheceram, em 31 de dezembro de 2018, créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS – Importação. A realização dos créditos da Oxiteno S.A. se dará por reestruturação societária com a Oxiteno Nordeste. Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

Estão representados por saldos credores do IRPJ e da CSLL.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
IRPJ e CSLL	88.390	81.755	362.784	295.172
Total	88.390	81.755	362.784	295.172
Circulante	39.705	33.070	257.182	216.630
Não circulante	48.685	48.685	105.602	78.542

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos para as controladas Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste e em até 2 anos para as demais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 8 Partes relacionadas

### a. Sociedades relacionadas

#### a.1 Controladora

	Ativo	Passivo		Resultado financeiro <sup>(1)</sup>
	Debêntures <sup>(1)</sup>	Demais contas a pagar <sup>(2)</sup>	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.288	-	-	54.702
Companhia Ultragaz S.A.	-	3.975	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5.158	-
Total em 31 de dezembro 2018	761.288	3.975	5.158	54.702

	Ativo	Passivo		Resultado financeiro <sup>(1)</sup>
	Debêntures <sup>(1)</sup>	Demais contas a pagar <sup>(2)</sup>	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	762.562	-	-	84.548
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	4.003	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	3.086	-	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	1.585	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	-	2.768	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017	762.562	7.439	4.003	84.548

<sup>(1)</sup> Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

<sup>(2)</sup> Refere-se a plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	<b>Mútuos</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.925
Outros	490	1.146
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>490</u>	<u>4.071</u>

	<b>Mútuos</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946
Outros	490	1.239
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>490</u>	<u>4.185</u>

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

	<b>Operações comerciais</b>				
	<b>A receber <sup>(1)</sup></b>	<b>A pagar <sup>(1)</sup></b>	<b>Vendas e serviços prestados</b>	<b>Compras</b>	<b>Despesas</b>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	567	6	9.032	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	24.630	-	1.008.860	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.042	136	3.844	186	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	117	-	-	1.469
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>1.042</u>	<u>25.450</u>	<u>3.850</u>	<u>1.018.078</u>	<u>1.469</u>

	<b>Operações comerciais</b>				
	<b>A receber <sup>(1)</sup></b>	<b>A pagar <sup>(1)</sup></b>	<b>Vendas e serviços prestados</b>	<b>Compras</b>	<b>Despesas</b>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.489	6	18.108	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	22.199	-	1.004.030	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.067	31	7.239	859	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	125	-	-	2.300
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>1.067</u>	<u>23.844</u>	<u>7.245</u>	<u>1.022.997</u>	<u>2.300</u>

<sup>(1)</sup> Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais” e “fornecedores nacionais”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7 (16 drogarias em 2017), empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.



*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 15.k.

**b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)**

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 19.b.

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração de curto prazo	36.504	45.477
Remuneração em ações (*)	1.407	1.399
Benefício pós-emprego	2.278	1.096
Remuneração de longo prazo (**)	-	(6.459)
Benefício de rescisão do cargo	905	8.794
Total	41.094	50.307

(\*) Inclui a reversão de despesas do cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores (vide nota explicativa nº 8.c).

(\*\*) O diretor-presidente em exercício até 2 de outubro de 2017 era beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo, que tinha como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo. Este contrato foi rescindido com a sucessão do diretor-presidente anunciada pela Sociedade em junho de 2017.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**c. Plano de ações (Consolidado)**

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O Conselho de Administração da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

<b>Data da outorga</b>	<b>Saldo de ações restritas outorgadas</b>	<b>Prazo para transferência da propriedade das ações</b>	<b>Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)</b>	<b>Custos totais das outorgas, incluindo impostos</b>	<b>Custos reconhecidos acumulados das outorgas</b>	<b>Custos não reconhecidos das outorgas</b>
13 de março de 2017	100.000	2022 a 2024	67,99	9.378	(2.920)	6.458
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(8.252)	8.895
9 de dezembro de 2014	400.000	2019 a 2021	50,64	27.939	(19.376)	8.563
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(4.925)	1.074
7 de novembro de 2012	76.664	2017 a 2019	42,90	16.139	(15.599)	540
14 de dezembro de 2011	-	2016 a 2018	31,85	4.832	(4.832)	-
	<u>850.064</u>			<u>81.434</u>	<u>(55.904)</u>	<u>25.530</u>

Em 2018, a amortização de R\$ 3.922 (R\$ 11.752 em 2017) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.500.072
Ações outorgadas em 4 de março de 2017	100.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(143.333)
Ações transferidas aos administradores	(273.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.183.398</u>
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(216.666)
Ações transferidas aos administradores	(116.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>850.064</u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 5.564.051 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

<b>Programa</b>	<b>Data da outorga</b>	<b>Saldo de ações restritas outorgadas</b>	<b>Prazo para transferência da nua-propriedade das ações</b>	<b>Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)</b>	<b>Custos totais das outorgas, incluindo impostos</b>	<b>Custos reconhecidos acumulados das outorgas</b>	<b>Custos não reconhecidos das outorgas</b>
Restritas	1 de outubro de 2017	120.000	2023	76,38	12.642	(2.634)	10.008
Restritas e performance	8 de novembro de 2017	37.938	2020 a 2022	76,38	4.988	(1.523)	3.465
Restritas e performance	9 de abril de 2018	92.038	2021 a 2023	68,70	12.028	(2.363)	9.665
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	39,16	4.321	(180)	4.141
Restritas	24 de setembro de 2018	40.000	2024	36,80	2.030	(85)	1.945
		<u>369.976</u>			<u>36.009</u>	<u>(6.785)</u>	<u>29.224</u>

Em 2018, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 6.001 em relação ao Plano (R\$ 784 em 2017).

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas e de performance outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	166.270
Ações outorgadas em 9 de abril de 2018	103.592
Ações outorgadas em 19 de setembro de 2018	80.000
Ações outorgadas em 24 de setembro de 2018	40.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(19.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>369.976</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 9 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	116.191	103.092
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	154.516	145.767
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	85.575	81.199
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	147.376	40.755
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	12.258	14.234
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.838	74.972
Provisão para retirada de tanques	-	-	15.801	19.111
Demais provisões	14.034	29.158	144.354	158.952
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	208.036	201.471
Total	14.034	29.158	959.945	839.553
Compensações de saldos passivos	-	-	(445.758)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no ativo	14.034	29.158	514.187	614.061
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.981	2.109
Arrendamento mercantil	-	-	2.858	3.361
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	138.332	44.440
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	187.845	131.811
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	117.352	90.532
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	-	955
Demais provisões	-	-	6.687	35.926
Total	-	-	455.055	309.134
Compensações de saldos ativos	-	-	(445.758)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	9.297	83.642

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b> <b>Reapresentado (i)</b>
Saldo inicial	507.087	409.699
Adoção do IFRS 9 e 15	68.450	42.275
IRPJ e CSLL sobre mais valia CBLSA - efeito retrospectivo (i)	(45.118)	-
Saldo inicial – reapresentado (i)	<u>530.419</u>	<u>451.974</u>
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(162.417)	109.204
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	133.124	13.389
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio (notas explicativas nº 3.c e 3.d)	1.054	(45.728)
Outros	<u>2.710</u>	<u>1.580</u>
Saldo final	<u><u>504.890</u></u>	<u><u>530.419</u></u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Até 1 ano	-	181.343
De 1 a 2 anos	1.481	117.990
De 2 a 3 anos	1.481	172.439
De 3 a 5 anos	2.852	169.119
De 5 a 7 anos	4.110	224.291
De 7 a 10 anos	<u>4.110</u>	<u>94.763</u>
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u><u>14.034</u></u>	<u><u>959.945</u></u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017 Reapresentado (vi)</b>
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	25.924	(12.482)	1.785.818	2.318.446
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(8.814)	4.244	(607.178)	(788.272)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(372)	(1.120)	(82.784)	(105.017)
Receitas não tributáveis (ii)	13	-	32.523	19.084
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	9.706	10.844
Juros sobre capital próprio (iv)	(41.338)	(550)	(538)	(550)
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativo fiscal diferido reconhecido (v)	-	-	(95.480)	-
Demais ajustes	23	25	(2.634)	2.059
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(50.488)	2.599	(746.385)	(861.852)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	107.666	48.598
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(50.488)	2.599	(638.719)	(813.254)
Corrente	(35.363)	(4.098)	(476.302)	(922.458)
Diferido	(15.125)	6.697	(162.417)	109.204
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	194,8	20,8	35,8	35,1

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera;
- (v) Vide nota explicativa nº 9.d;
- (vi) Vide nota explicativa nº 2.y.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**c. Incentivos fiscais – SUDENE**

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

<b><u>Controlada</u></b>	<b><u>Unidades</u></b>	<b><u>Incentivo - %</u></b>	<b><u>Término</u></b>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju <sup>(1)</sup>	75	2028
	Base de Suape <sup>(2)</sup>	75	2018
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro <sup>(3)</sup>	75	2026
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxitenor Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

<sup>(1)</sup> A controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 22 de outubro de 2018, a redução do IRPJ em 75% até 2028, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe. Em 22 de outubro de 2018, foi protocolado na SRF o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, a qual possui o prazo de 120 dias para manifestação a contar da data da apresentação do pedido. Em virtude do decurso do prazo sem que houvesse manifestação expressa configurando a homologação tácita do pedido, a controlada reconhecerá o benefício fiscal no resultado de 2019.

<sup>(2)</sup> A controlada Bahiana teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 14 de janeiro de 2019, a redução do IRPJ em 75% até 2028, em virtude da modernização na planta de Suape - Pernambuco. Em 23 de janeiro de 2019 foi protocolado na SRF o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, com prazo de homologação de 120 dias contados a partir da apresentação do pedido.

<sup>(3)</sup> A controlada Bahiana, teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 7 de novembro de 2017, a redução do IRPJ em 75% até 2026, em virtude de implantação de unidade produtiva em Juazeiro - Bahia. Em 27 de novembro de 2017, foi protocolado na SRF o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, a qual possui o prazo de 120 dias para manifestação a contar da data da apresentação do pedido. Em virtude do decurso do prazo sem que houvesse manifestação expressa da SRF, configurando a homologação tácita do pedido, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2018, retroativo a janeiro de 2017, no montante de R\$ 149.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar**

Em 2018, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 873.718 (R\$ 576.948 em 2017) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 876.315 (R\$ 576.949 em 2017), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais no montante de R\$ 620.906 (R\$ 388.178 em 2017).

Foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 208.036 em 2018 (R\$ 201.471 em 2017), suportados pelo estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade. Como consequência do referido estudo, em 2018, a controlada Extrafarma reverteu a parcela do diferido fiscal ativo, cujo prazo de realização ultrapassou o período de dez anos, no montante R\$ 39.462.

O montante do diferido ativo não constituído devido à incerteza de sua efetiva realização é de R\$ 220.832 em 2018 (R\$ 128.418 em 2017).

**10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	31/12/2018	31/12/2017
Aluguéis <sup>(1)</sup>	413.799	329.421
Propaganda e publicidade	54.011	67.321
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	22.737	37.591
Prêmios de seguros	52.607	39.629
Manutenção de <i>software</i>	21.667	8.237
Demais despesas antecipadas	<u>21.844</u>	<u>14.733</u>
	<u>586.665</u>	<u>496.932</u>
Circulante	187.570	150.046
Não circulante	399.095	346.886

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente a adiantamento de aluguéis dos postos de serviços da controlada IPP, que são posteriormente sublocados e operados pelos revendedores.



*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

## **11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)**

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de cinco anos), sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b> <b>Reapresentado (i)</b>
Saldo inicial	-	-
Adoção do IFRS 15	1.502.360	1.438.084
Saldo inicial – reapresentado (i)	1.502.360	1.438.084
Adições	390.177	529.732
Amortizações	(371.825)	(463.049)
Transferências	(2.235)	(2.407)
Saldo final	<u>1.518.477</u>	<u>1.502.360</u>
Circulante	484.473	456.213
Não circulante	1.034.004	1.046.147

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 12 Investimentos

### a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

31/12/2018					Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.279.932	6.222.795	17.850.422	2.904.188	517.304
Passivo	2.509	3.416.140	12.434.610	2.894.598	456.714
Patrimônio líquido	1.277.423	2.806.655 (*)	5.415.812 (*)	9.590	60.590
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.380.519 (*)	74.312.071 (*)	-	2.092.548
Lucro (prejuízo) líquido	111.145	553.236	512.987	(3.531)	8.695
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

  

31/12/2017 – Reapresentado (i)					Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.167.912	5.434.041	17.087.671	2.472.924	517.439
Passivo	2.486	2.752.026	11.684.775	2.459.803	352.583
Patrimônio líquido	1.165.426	2.682.015 (*)	5.402.896 (*)	13.121	164.856
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.190.761 (*)	66.263.987 (*)	-	5.067.950
Lucro líquido do exercício	77.072	209.114	1.211.332	2.573	109.063
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(\*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 32.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	1.194.739	2.549.859	4.434.954	10.548	8.190.100	45.409	8.235.509
Efeitos da adoção de novos pronunciamentos	(111)	(3.253)	(79.063)	-	(82.427)	-	(82.427)
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2017 – Reapresentado (i)</b>	1.194.628	2.546.606	4.355.891	10.548	8.107.673	45.409	8.153.082
Equivalência patrimonial – Reapresentado (i)	77.072	209.216	1.211.317	2.573	1.500.178	36.210	1.536.388
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(105.914)	(100.118)	(359.091)	-	(565.123)	(30.959)	(596.082)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(96)	-	(96)	-	(96)
Instrumento patrimonial outorgado	5	13	518	-	536	-	536
Ajustes de avaliação patrimonial	(365)	(18.964)	194.061	-	174.732	4.079	178.811
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	45.262	280	-	45.542	-	45.542
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017 – Reapresentado (i)</b>	1.165.426	2.682.015	5.402.880	13.121	9.263.442	54.739	9.318.181
Equivalência patrimonial	111.145	553.236	512.987	(3.531)	1.173.837	1.148	1.174.985
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(229.243)	(500.023)	-	(729.266)	(32.065)	(761.331)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(7)	-	(7)	-	(7)
Instrumento patrimonial outorgado	65	269	3.439	-	3.773	-	3.773
Ajustes de avaliação patrimonial	787	(212.698)	(3.184)	-	(215.095)	(3.704)	(218.799)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	13.076	(280)	-	12.796	-	12.796
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	1.277.423	2.806.655	5.415.812	9.590	9.509.480	20.118	9.529.598

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)**

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	<u>União Vopak</u>	<u>RPR</u>	<u>ConectCar</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2017	4.518	45.409	66.215	116.142
Aporte de capital	-	-	16.000	16.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	4.079	-	4.079
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(30.959)	-	(30.959)
Equivalência patrimonial	1.578	36.210	(20.989)	16.799
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>6.096</u>	<u>54.739</u>	<u>61.226</u>	<u>122.061</u>
Aporte de capital	-	-	31.908	31.908
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.704)	-	(3.704)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(32.065)	-	(32.065)
Equivalência patrimonial	1.350	1.148	(18.744)	(16.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>7.446</u>	<u>20.118</u>	<u>74.390</u>	<u>101.954</u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	<b>31/12/2018</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Ativo circulante	8.432	370.250	129.152
Ativo não circulante	8.552	147.054	150.054
Passivo circulante	1.814	385.079	130.414
Passivo não circulante	280	71.635	14
Patrimônio líquido	14.890	60.590	148.778
Receita líquida	16.938	2.092.548	57.506
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(13.154)	(2.083.592)	(114.336)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.084)	(261)	19.343
Lucro (prejuízo) líquido	2.700	8.695	(37.487)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

  

	<b>31/12/2017</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Ativo circulante	7.110	389.022	90.242
Ativo não circulante	6.627	128.417	132.785
Passivo circulante	1.210	297.762	100.564
Passivo não circulante	336	54.821	12
Patrimônio líquido	12.191	164.856	122.451
Receita líquida	15.260	1.579.286	33.935
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(10.852)	(1.433.030)	(100.444)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.252)	(37.193)	24.530
Lucro (prejuízo) líquido	3.156	109.063	(41.979)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	169.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**c. Sociedades coligadas (Consolidado)**

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2018, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2017	6.001	12.981	3.678	71	-	22.731
Dividendos	(865)	-	-	-	(399)	(1.264)
Equivalência patrimonial	1.212	1.477	(60)	269	976	3.874
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Redução de capital	(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Dividendos	(984)	-	-	-	(236)	(1.220)
Equivalência patrimonial	575	908	(28)	(112)	124	1.467
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.689	15.366	3.590	228	465	24.338

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2018				
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	7.803	38.714	51	19	64
Ativo não circulante	15.254	85.395	10.238	990	2.791
Passivo circulante	3.963	9.777	-	21	123
Passivo não circulante	332	8.888	3.109	302	1.334
Patrimônio líquido	18.762	105.444	7.180	686	1.398
Receita líquida	10.595	53.288	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.957)	(43.814)	(78)	(266)	399
Resultado financeiro e imposto de renda	(211)	(3.453)	22	(69)	(27)
Lucro (prejuízo) líquido	2.427	6.021	(56)	(335)	372
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	31/12/2017				
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	11.218	45.061	67	175	505
Ativo não circulante	16.464	74.621	10.278	1.695	2.821
Passivo circulante	1.960	12.338	-	422	93
Passivo não circulante	332	7.920	3.110	427	1.500
Patrimônio líquido	25.390	99.424	7.235	1.021	1.733
Receita líquida	10.522	52.709	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.649)	(40.769)	(90)	673	628
Resultado financeiro e imposto de renda	-	(2.144)	(31)	179	15
Lucro (prejuízo) líquido	4.873	9.796	(121)	852	643
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 13 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017	Reclassifica- ções (i)	Mais valia CBLSA Efeito retrospectivo (ii)	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado (i)	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (iii)	Saldo em 31/12/2018
Custo:												
Terrenos	-	579.174	-	(2.532)	576.642	3.994	-	9.261	(895)	(1.238)	33.115	620.879
Edificações	32	1.639.867	-	(1.996)	1.637.871	7.041	-	151.937	(2.929)	(10.914)	18.067	1.801.073
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	912.555	-	-	912.555	11.931	-	103.371	(12.273)	56	-	1.015.640
Máquinas e equipamentos	13	4.721.931	-	-	4.721.931	115.171	-	588.696	(4.895)	(261.955)	60.308	5.219.256
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis												
claros/lubrificantes	13	2.721.075	-	8.447	2.729.522	98.478	-	98.573	(62.240)	-	-	2.864.333
Tanques e vasilhames para GLP	8	643.697	49.159	-	692.856	78.995	-	2.552	(31.387)	-	-	743.016
Veículos	6	287.295	-	-	287.295	29.141	-	18.061	(23.996)	(1.745)	-	308.756
Móveis e utensílios	8	266.494	-	(585)	265.909	18.417	-	6.078	(863)	(10.570)	45	279.016
Obras em andamento	-	929.000	-	-	929.000	796.909	-	(883.994)	(578)	81.462	-	922.799
Adiantamentos a fornecedores	-	112.167	-	-	112.167	6.317	-	(100.233)	-	(4.163)	-	14.088
Importações em andamento	-	786	-	-	786	699	-	(1.446)	-	2	-	41
Equipamentos de informática	5	353.022	-	(36)	352.986	34.921	-	7.942	(1.953)	1.161	6	395.063
		<u>13.167.063</u>	<u>49.159</u>	<u>3.298</u>	<u>13.219.520</u>	<u>1.202.014</u>	<u>-</u>	<u>798</u>	<u>(142.009)</u>	<u>(207.904)</u>	<u>111.541</u>	<u>14.183.960</u>



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2017	Reclassifica- ções (i)	Mais valia CBLSA Efeito retrospectivo (ii)	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado (i)	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (iii)	Saldo em 31/12/2018
Depreciação acumulada:											
Edificações	(724.408)	-	-	(724.408)	-	(53.462)	10.046	2.608	26.533	(4.434)	(743.117)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(475.651)	-	-	(475.651)	-	(83.208)	(4.574)	5.398	(7)	-	(558.042)
Máquinas e equipamentos	(2.980.166)	-	-	(2.980.166)	-	(271.867)	1.143	3.449	288.461	(10.229)	(2.969.209)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.545.806)	-	-	(1.545.806)	-	(162.815)	(7.232)	58.245	-	-	(1.657.608)
Tanques e vasilhames para GLP	(305.965)	(22.419)	-	(328.384)	-	(88.308)	(2.347)	17.983	-	-	(401.056)
Veículos	(112.200)	-	-	(112.200)	-	(28.792)	498	15.002	1.842	-	(123.650)
Móveis e utensílios	(148.575)	-	-	(148.575)	-	(18.482)	(292)	513	11.517	(20)	(155.339)
Equipamentos de informática	(260.859)	-	-	(260.859)	-	(30.659)	2.702	1.819	(1.080)	(6)	(288.083)
	<u>(6.553.630)</u>	<u>(22.419)</u>	<u>-</u>	<u>(6.576.049)</u>	<u>-</u>	<u>(737.593)</u>	<u>(56)</u>	<u>105.017</u>	<u>327.266</u>	<u>(14.689)</u>	<u>(6.896.104)</u>
Provisão para perdas:											
Adiantamento a fornecedores	(83)	-	-	(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Edificações	-	-	-	-	(306) (*)	-	-	-	-	-	(306)
Terrenos	(104)	-	-	(104)	(723) (*)	-	-	-	-	-	(827)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(564)	-	-	(564)	(733)	-	-	2	(90)	-	(1.385)
Máquinas e equipamentos	(4.724)	-	-	(4.724)	(1.532) (*)	-	-	444	(305)	-	(6.117)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(169)	-	-	(169)	-	-	-	4	-	-	(165)
Obras em andamento	-	-	-	-	(38) (*)	-	-	-	-	-	(38)
Móveis e utensílios	(1)	-	-	(1)	(69) (*)	-	-	-	-	-	(70)
	<u>(5.645)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.645)</u>	<u>(3.401)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>450</u>	<u>(395)</u>	<u>-</u>	<u>(8.991)</u>
Custo líquido	<u>6.607.788</u>	<u>26.740</u>	<u>3.298</u>	<u>6.637.826</u>	<u>1.198.613</u>	<u>(737.593)</u>	<u>742</u>	<u>(36.542)</u>	<u>118.967</u>	<u>96.852</u>	<u>7.278.865</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2016	Reclassifica- ções (i)	Saldo em 01/01/2017 Reapresentado (i)	Adições	Depreciações	Transfe- rências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição CBLSA (ii)	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado (i)
Custo:											
Terrenos	-	520.575	-	520.575	4.319	-	16.039	(969)	4.574	32.104	576.642
Edificações	30	1.440.204	-	1.440.204	10.677	-	95.630	(12.409)	32.998	70.771	1.637.871
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	796.521	-	796.521	13.819	-	116.698	(14.494)	11	-	912.555
Máquinas e equipamentos	12	4.225.056	-	4.225.056	130.154	-	105.060	(16.069)	277.730	-	4.721.931
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.429.079	-	2.429.079	131.134	-	78.568	(29.935)	-	120.676	2.729.522
Tanques e vasilhames para GLP	11	619.511	12.467	631.978	96.290	-	(1.149)	(34.263)	-	-	692.856
Veículos	7	271.133	-	271.133	28.428	-	6.948	(21.055)	1.841	-	287.295
Móveis e utensílios	9	204.550	-	204.550	35.078	-	10.775	(834)	10.756	5.584	265.909
Obras em andamento	-	523.285	-	523.285	766.775	-	(386.198)	(4)	10.192	14.950	929.000
Adiantamentos a fornecedores	-	96.423	-	96.423	61.536	-	(48.722)	-	2.930	-	112.167
Importações em andamento	-	58	-	58	1.182	-	(450)	-	(4)	-	786
Equipamentos de informática	5	288.705	-	288.705	42.638	-	3.095	(1.081)	170	19.459	352.986
		<u>11.415.100</u>	<u>12.467</u>	<u>11.427.567</u>	<u>1.322.030</u>	<u>-</u>	<u>(3.706)</u>	<u>(131.113)</u>	<u>341.198</u>	<u>263.544</u>	<u>13.219.520</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2016	Reclassifica- ções (i)	Saldo em 01/01/2017 Reapresentado (i)	Adições	Depreciações	Transfe- rências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição CBLSA (ii)	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado (i)
Depreciação acumulada:										
Edificações	(632.908)	-	(632.908)	-	(46.795)	130	5.535	(28.365)	(22.005)	(724.408)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(412.449)	-	(412.449)	-	(71.660)	(166)	8.624	-	-	(475.651)
Máquinas e equipamentos	(2.474.504)	-	(2.474.504)	-	(258.068)	(139)	10.174	(257.629)	-	(2.980.166)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.383.069)	-	(1.383.069)	-	(144.884)	(29)	26.907	-	(44.731)	(1.545.806)
Tanques e vasilhames para GLP	(276.414)	(4.031)	(280.445)	-	(64.226)	130	16.157	-	-	(328.384)
Veículos	(101.082)	-	(101.082)	-	(21.740)	80	12.365	(1.823)	-	(112.200)
Móveis e utensílios	(120.747)	-	(120.747)	-	(15.128)	(9)	594	(9.275)	(4.010)	(148.575)
Equipamentos de informática	(220.421)	-	(220.421)	-	(24.481)	148	991	(121)	(16.975)	(260.859)
	<u>(5.621.594)</u>	<u>(4.031)</u>	<u>(5.625.625)</u>	<u>-</u>	<u>(646.982)</u>	<u>145</u>	<u>81.347</u>	<u>(297.213)</u>	<u>(87.721)</u>	<u>(6.576.049)</u>
Provisão para perdas:										
Adiantamento a fornecedores	(83)	-	(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos	(197)	-	(197)	(104)	-	-	197	-	-	(104)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(560)	-	(560)	(10)	-	-	14	(8)	-	(564)
Máquinas e equipamentos	(4.347)	-	(4.347)	(397)	-	-	45	(25)	-	(4.724)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(336)	-	(336)	-	-	-	167	-	-	(169)
Móveis e utensílios	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
	<u>(5.524)</u>	<u>-</u>	<u>(5.524)</u>	<u>(511)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>423</u>	<u>(33)</u>	<u>-</u>	<u>(5.645)</u>
Custo líquido	<u>5.787.982</u>	<u>8.436</u>	<u>5.796.418</u>	<u>1.321.519</u>	<u>(646.982)</u>	<u>(3.561)</u>	<u>(49.343)</u>	<u>43.952</u>	<u>175.823</u>	<u>6.637.826</u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

- (i) Vide nota explicativa nº 2.y.
- (ii) Vide nota explicativa nº 3.c.
- (iii) Vide nota explicativa nº 3.d.
- (iv) Refere-se a valores transferidos para o intangível e estoques.

(\*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxiten Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii), incluído nas rubricas de terrenos o valor de R\$ 680 e em máquinas e equipamentos o valor de R\$ 1.334.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 14 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adoção do IFRS 15 e reclassifi- cações (i)	Mais valia CBLSA (ii)	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado (i)	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (iii)	Saldo em 31/12/2018
Custo:												
Ágio (a)	-	1.578.157	-	(53.866)	1.524.291	-	-	-	-	-	797	1.525.088
Software (b)	5	853.079	-	-	853.079	223.964	-	(1.258)	(15.401)	2.053	49	1.062.486
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (d)	10	55.069	-	-	55.069	11.117	-	-	(2.154)	-	-	64.032
Fundo de comércio	8	4.273.379	(4.145.188)	14.478	142.669	690	-	(350)	-	(20)	-	142.989
Marcas (e)	-	113.543	-	-	113.543	-	-	-	-	7.028	-	120.571
Direito de uso de marcas (e)	39	-	-	114.792	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (f)	10	40.514	-	-	40.514	1.822	-	-	-	945	-	43.281
		<u>6.946.358</u>	<u>(4.145.188)</u>	<u>75.404</u>	<u>2.876.574</u>	<u>237.593</u>	<u>-</u>	<u>(1.608)</u>	<u>(17.555)</u>	<u>10.006</u>	<u>846</u>	<u>3.105.856</u>
Amortização acumulada:												
Software		(456.799)	-	-	(456.799)	-	(79.845)	59	28	(832)	(49)	(537.438)
Tecnologia		(32.541)	-	-	(32.541)	-	(72)	-	-	-	-	(32.613)
Marcas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos de propriedade comercial		(21.292)	-	-	(21.292)	-	(4.679)	-	2.040	-	-	(23.931)
Fundo de comércio		(2.677.057)	2.580.353	-	(96.704)	-	(10.018)	125	-	-	-	(106.597)
Direito de uso de marcas		-	-	-	-	-	(3.182)	-	-	-	-	(3.182)
Outros		(31.196)	-	-	(31.196)	-	(1.538)	-	-	(6)	-	(32.740)
		<u>(3.218.885)</u>	<u>2.580.353</u>	<u>-</u>	<u>(638.532)</u>	<u>-</u>	<u>(99.334)</u>	<u>184</u>	<u>2.068</u>	<u>(838)</u>	<u>(49)</u>	<u>(736.501)</u>
Custo líquido		<u>3.727.473</u>	<u>(1.564.835)</u>	<u>75.404</u>	<u>2.238.042</u>	<u>237.593</u>	<u>(99.334)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>(15.487)</u>	<u>9.168</u>	<u>797</u>	<u>2.369.355</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2016	Adoção do IFRS 15 e reclassifi- cações (i)	Saldo em 01/01/2017 Reapresenta- do (i)	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição CBLSA (ii)	Saldo em 31/12/ 2017 Reapresentado (i)
Custo:											
Ágio (a)	-	1.454.484	-	1.454.484	-	-	-	-	-	69.807	1.524.291
Software (b)	5	641.691	-	641.691	207.703	-	2.447	(1.193)	2.431	-	853.079
Tecnologia (c)	5	32.617	-	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (d)	10	43.258	-	43.258	13.837	-	(68)	(1.958)	-	-	55.069
Fundo de comércio	6	3.651.316	(3.525.777)	125.539	-	-	-	-	-	17.130	142.669
Marcas (e)	-	112.936	-	112.936	-	-	-	-	607	-	113.543
Direito de uso de marcas (e)	39	-	-	-	-	-	-	-	-	114.792	114.792
Outros (f)	4	39.172	-	39.172	420	-	-	-	922	-	40.514
		<u>5.975.474</u>	<u>(3.525.777)</u>	<u>2.449.697</u>	<u>221.960</u>	<u>-</u>	<u>2.379</u>	<u>(3.151)</u>	<u>3.960</u>	<u>201.729</u>	<u>2.876.574</u>
Amortização acumulada:											
Software		(396.702)	-	(396.702)	-	(59.579)	(5)	1.191	(1.704)	-	(456.799)
Tecnologia		(32.469)	-	(32.469)	-	(72)	-	-	-	-	(32.541)
Direitos de propriedade comercial		(19.568)	-	(19.568)	-	(3.689)	8	1.957	-	-	(21.292)
Fundo de comércio		(2.131.826)	2.045.814	(86.012)	-	-	-	-	-	(10.692)	(96.704)
Outros		(23.310)	-	(23.310)	-	(7.883)	-	-	(3)	-	(31.196)
		<u>(2.603.875)</u>	<u>2.045.814</u>	<u>(558.061)</u>	<u>-</u>	<u>(71.223)</u>	<u>3</u>	<u>3.148</u>	<u>(1.707)</u>	<u>(10.692)</u>	<u>(638.532)</u>
Custo líquido		<u>3.371.599</u>	<u>(1.479.963)</u>	<u>1.891.636</u>	<u>221.960</u>	<u>(71.223)</u>	<u>2.382</u>	<u>(3)</u>	<u>2.253</u>	<u>191.037</u>	<u>2.238.042</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.c.

(iii) Vide nota explicativa nº 3.d.

(iv) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e contas a receber.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	15.044	2.165
Despesas com vendas e comerciais	8.920	11.689
Despesas gerais e administrativas	75.370	57.369
	<u>99.334</u>	<u>71.223</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

#### **a. Ágio**

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	31/12/2018	31/12/2017
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga <sup>(1)</sup>	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
CBLSA <sup>(2)</sup>	Ipiranga	69.807	69.807
Oxitenos Uruguay	Oxitenos	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS <sup>(3)</sup>	Ultracargo	797	-
Outros	Oxitenos	583	583
		<u>1.525.088</u>	<u>1.524.291</u>

<sup>(1)</sup> Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

<sup>(2)</sup> Vide nota explicativa nº 3.c.

<sup>(3)</sup> Vide nota explicativa nº 3.d.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2018 variaram de 8,4% a 13,9% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2019 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas resultou na necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 5.565 para a controlada Oxitenio Andina no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii). O principal motivo para a perda identificada deve-se à conjuntura econômica e política da Venezuela.

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

## ***b. Software***

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.



*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***c. Tecnologia***

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

### ***d. Direitos de propriedade comercial***

Incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é reconhecido no resultado.

### ***e. Marcas e direito de uso de marcas***

Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

### ***f. Outros intangíveis***

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 15 Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro

### a. Composição

#### a.1 Controladora

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2018 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 5 <sup>a</sup> e 6 <sup>a</sup> emissão (g.2 e g.7)	1.756.954	817.654	CDI	105,3	2023
Circulante	34.504	817.654			
Não circulante	1.722.450	-			

#### a.2 Consolidado

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2018 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	2.889.631	2.454.142	US\$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	985.268	259.015	US\$	+3,9	2021 a 2023
Instituições financeiras (e)	620.605	330.755	US\$ + LIBOR (1)	+2,1	2019 a 2023
Financiamento externo (c.1) (*)	582.106	788.794	US\$ + LIBOR (1)	+0,9	2022 a 2023
Financiamento externo (c.2)	234.363	298.927	US\$+ LIBOR (1)	+2,0	2020
Instituições financeiras (e)	127.288	106.745	US\$	+2,9	2019 a 2022
Instituições financeiras (e)	27.845	27.048	MX\$ (2)	+9,0	2019
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	11.702	44.515	US\$	+3,2	< 12 dias
Instituições financeiras (e)	3.950	3.382	MX\$+TIIE (2)	+1,5	2019
BNDES (d)	2.596	4.460	US\$	+6,5	2019 a 2020
Adiantamento de Cambiais Entregues	1.485	26.080	US\$	+2,9	< 33 dias
Instituições financeiras (e)	-	593	Bs\$ (7)		
Total moeda estrangeira	5.486.839	4.344.456			

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2018 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.614.704	2.794.272	CDI	107,3	2019 a 2022
Debêntures – Ipiranga (g.1, g.3 e g.5)	2.039.743	2.836.741	CDI	105,0	2019 a 2022
Debêntures – CRA (g.4, g.6 e g.8)	2.029.545	1.380.852	CDI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – 5 <sup>a</sup> e 6 <sup>a</sup> emissão (g.2 e g.7)	1.756.954	817.654	CDI	105,3	2023
Debêntures – CRA (g.4, g.6 e g.8) (*)	833.213	554.402	IPCA	+4,6	2024 a 2025
BNDES (d)	147.922	206.423	TJLP (3)	+2,4	2019 a 2023
FINEP	53.245	32.682	TJLP (3)	+1,5	2019 a 2023
BNDES (d)	51.467	69.422	SELIC (6)	+2,3	2019 a 2023
Cédula de Crédito Bancário	50.075	-	CDI	124,0	2019
Arrendamento mercantil financeiro (i)	46.066	48.515	IGP-M (5)	+5,6	2019 a 2031
FINEP	22.553	35.611	R\$	+4,0	2019 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	15.776	28.136	R\$ (4)	+8,5	2019 a 2021
BNDES (d)	14.071	26.270	R\$	+6,0	2019 a 2022
FINAME	32	56	TJLP (3)	+5,7	2019 a 2022
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	-	157.749	CDI		
BNDES EXIM	-	62.754	TJLP (3)		
BNDES EXIM	-	30.850	SELIC (6)		
Total moeda nacional	<u>9.675.366</u>	<u>9.082.389</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>15.162.205</u>	<u>13.426.845</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	<u>43.944</u>	<u>163.749</u>			
Total	<u>15.206.149</u>	<u>13.590.594</u>			
Circulante	2.273.997	3.503.675			
Não circulante	12.932.152	10.086.919			

(\*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 33.h).

(\*\*) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 33.g).

- (1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (2) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2018, a TJLP estava fixada em 7,03% a.a.
- (4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (5) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (6) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (7) Bs\$ = Bolívar.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é demonstrada abaixo:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	11.214.773
Captações com efeito caixa	4.510.694
Apropriação de juros	925.421
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(2.467.391)
Pagamento de juros	(769.740)
Variação monetária e cambial	37.937
Variação de valor justo	(24.849)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.426.845
Captações com efeito caixa	4.461.112
Apropriação de juros	873.202
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(3.715.838)
Pagamento de juros	(737.564)
Variação monetária e cambial	804.273
Variação de valor justo	50.175
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.162.205

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2018	31/12/2017
De 1 a 2 anos	962.870	1.826.907
De 2 a 3 anos	1.551.083	894.640
De 3 a 4 anos	3.219.451	1.302.450
De 4 a 5 anos	3.431.465	3.016.406
Mais de 5 anos	3.767.283	3.046.516
	12.932.152	10.086.919

Conforme IFRS 9 (CPC 48), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.j.

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 33.h).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## **b. Notas no mercado externo**

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 33.h.3).

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

## **c. Financiamentos externos**

c.1 A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,4% do CDI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 33.h.1), desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	R\$ (milhões)	Custo em % do CDI
Encargos <sup>(1)</sup>	9,5	36,8	-
jun/21	100,0	387,5	105,0
jul/21	60,0	232,5	101,8
jul/23	50,0	193,7	104,8
set/23	60,0	232,5	105,0
set/23	65,0	251,9	104,7
nov/23	60,0	232,5	104,5
Total / custo médio	404,5	1.567,4	104,4

<sup>(1)</sup> Considera juros, custo de transação, marcação a mercado e reconhecimento inicial de *hedge*.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

**c.2** A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxitenor Nordeste.

**c.3** A controlada LPG International Inc. possuía financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo era garantido pela Sociedade e pela controlada IPP. O financiamento externo foi liquidado na data do seu vencimento.

#### **d. BNDES**

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

***e. Instituições financeiras***

As controladas Oxitenos México S.A. de C.V., Oxitenos USA LLC (“Oxitenos USA”) e Oxitenos Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxitenos USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR +2,1% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ milhões	R\$ milhões
Encargos <sup>(1)</sup>	0,2	0,9
ago/19	10,0	38,7
fev/20	10,0	38,7
ago/20	10,0	38,7
set/20	20,0	77,5
fev/21	10,0	38,7
mar/22	30,0	116,2
out/22	40,0	155,0
mar/23	30,0	116,2
Total	160,2	620,6

<sup>(1)</sup> Considera juros e custo de transação.

Os recursos estão sendo utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

***f. Banco do Brasil***

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2018):

Vencimento	
fev/19	168.419
mai/19	1.432.750
mai/20	337.845
mai/21	337.845
mai/22	337.845
Total	2.614.704

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**g. Debêntures**

- g.1.** Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela controlada IPP na data do seu vencimento.

- g.2.** Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

- g.3.** Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- g.4.** Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

- g.5.** Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- g.6.** Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

- g.7.** Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**g.8.** Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2018).

<b>Vencimento</b>	
mai/19	168.897
mai/20	165.786
mai/21	165.786
abr/22	657.538
jul/22	1.539.274
out/22	727.229
mar/23	1.756.954
dez/23	644.778
abr/24	377.567
out/24	217.861
dez/25	237.785
Total	<u>6.659.455</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

***h. Nota de crédito à exportação***

A nota de crédito à exportação da controlada Oxitenor Nordeste, com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente, foi liquidada na data do seu vencimento.

***i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro***

A controlada Cia. Ultragas mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	13.783	15.732
Financiamento (valor presente)	<u>46.066</u>	<u>48.515</u>
Circulante	2.849	2.710
Não circulante	43.217	45.805

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Até 1 ano	5.124	5.113
De 1 a 2 anos	5.124	5.113
De 2 a 3 anos	5.124	5.113
De 3 a 4 anos	5.124	5.113
De 4 a 5 anos	5.124	5.113
Mais de 5 anos	<u>37.574</u>	<u>42.611</u>
Total	<u>63.194</u>	<u>68.176</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços ("ISS"), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**j. Custos de transação**

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	<b>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Custos incorridos</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
Debêntures (g)	0,2	44.709	21.308	(9.641)	56.376
Notas no mercado externo (b)	0,0	15.298	-	(1.417)	13.881
Banco do Brasil (f)	0,2	8.065	-	(4.628)	3.437
Financiamentos externos (c)	0,1	1.213	-	(882)	331
Outros	0,2	2.801	366	(735)	2.432
<b>Total</b>		<b>72.086</b>	<b>21.674</b>	<b>(17.303)</b>	<b>76.457</b>

	<b>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</b>	<b>Saldo em 01/01/2017</b>	<b>Custos incorridos</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Debêntures (g)	0,2	6.835	42.388	(4.514)	44.709
Notas no mercado externo (b)	0,0	16.612	-	(1.314)	15.298
Banco do Brasil (f)	0,2	12.182	-	(4.117)	8.065
Financiamentos externos (c)	0,2	2.211	563	(1.561)	1.213
Outros	0,2	1.952	1.418	(569)	2.801
<b>Total</b>		<b>39.792</b>	<b>44.369</b>	<b>(12.075)</b>	<b>72.086</b>

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 3 anos</b>	<b>De 3 a 4 anos</b>	<b>De 4 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Debêntures (g)	13.171	13.298	13.217	10.115	5.255	1.320	56.376
Notas no mercado externo (b)	1.435	1.546	1.632	1.723	1.819	5.726	13.881
Banco do Brasil (f)	2.317	599	385	136	-	-	3.437
Financiamento externo (c)	201	130	-	-	-	-	331
Outros	773	894	445	318	2	-	2.432
<b>Total</b>	<b>17.897</b>	<b>16.467</b>	<b>15.679</b>	<b>12.292</b>	<b>7.076</b>	<b>7.046</b>	<b>76.457</b>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

***k. Garantias***

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 69.822 em 2018 (R\$ 66.337 em 2017) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 10.667.175 em 2018 (R\$ 9.587.971 em 2017).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 271.162 em 2018 (R\$ 237.537 em 2017). Adicionalmente, a Sociedade presta garantias relacionadas ao fornecimento de GLP pela Petrobras no montante de até R\$ 45 milhões. Em 2018, a Sociedade não possuía garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP (R\$ 81.046 em 2017).

Algumas controladas da Oxitenio emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 2.750 em 2018 (R\$ 8.224 em 2017), com vencimentos de até 91 dias. Até 31 de dezembro de 2018, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido na rubrica “demais contas a pagar” no passivo circulante é de R\$ 68 em 2018 (R\$ 205 em 2017), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 16 Fornecedores (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	2.079.010	1.973.668
Fornecedores nacionais - convênio (i)	73.169	-
Fornecedores estrangeiros	472.597	181.830
Fornecedores estrangeiros - convênio (i)	106.901	-
	<u>2.731.677</u>	<u>2.155.498</u>

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênio com instituição financeira, que consiste na antecipação de recebimento dos títulos por parte do fornecedor, no qual a instituição financeira antecipa um determinado montante para o fornecedor e recebe na data de vencimento o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

## 17 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões sobre folha de pagamento	186.200	179.120
Participação nos lucros, bônus e prêmios	147.170	125.006
Encargos sociais	67.043	64.524
Outros	27.779	19.468
	<u>428.192</u>	<u>388.118</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 18 Obrigações tributárias (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
ICMS	166.038	128.571
PIS e COFINS	38.055	25.319
ISS	22.339	11.211
IVA das controladas no exterior	21.306	17.992
PERT (*)	-	19.584
Outros	20.267	18.852
	<u>268.005</u>	<u>221.529</u>

(\*) Refere-se a débitos fiscais federais da controlada IPP que foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária.

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

## 19 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

### a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2018, as controladas contribuíram com R\$ 24.323 (R\$ 24.819 em 2017) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 2018 atingiu 8.052 participantes ativos e 279 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 26 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b. Benefícios pós-emprego**

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2018, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	31/12/2018	31/12/2017
Plano de Assistência Médica e Odontológica <sup>(1)</sup>	112.628	99.767
Indenização do FGTS	83.781	81.831
Gratificação por tempo de serviço	37.397	40.254
Seguro de vida <sup>(1)</sup>	16.009	15.671
	<u>249.815</u>	<u>237.523</u>
Total		
	<u>249.815</u>	<u>237.523</u>
Circulante	45.655	30.059
Não circulante	204.160	207.464

<sup>(1)</sup> somente aplicável a IPP e CBLSA.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	237.523	144.751
Custo dos serviços correntes	6.092	7.664
Custo dos juros	21.466	15.754
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	7.934	36.120
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(23.604)	(11.368)
Saldo inicial CBLSA (vide nota explicativa nº 3.c)	-	44.478
Variação cambial de benefício pós-emprego de controladas no exterior	404	124
	<u>404</u>	<u>124</u>
Saldo final	<u>249.815</u>	<u>237.523</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Plano de Assistência Médica e Odontológica	9.559	164
Indenização do FGTS	11.159	14.828
Gratificação por tempo de serviço	5.460	6.883
Seguro de vida	1.380	1.543
Total	27.558	23.418

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2018 % a.a.	31/12/2017 %a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	9,00	9,51
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	7,85	8,38
Taxa de inflação (longo prazo)	4,00	4,50
Taxa de crescimento dos serviços médicos	8,16	8,68

#### Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

#### Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2018 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	17.500	diminuição 1,0 p.p.	20.547
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	2.127	aumento 1,0 p.p.	2.344
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	12.002	aumento 1,0 p.p.	14.201

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

#### Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

## **20 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)**

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	77.564
Adições (novos tanques)	537
Gastos com tanques retirados	(15.432)
Despesa com atualização	2.105
Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.774
Adições (novos tanques)	264
Gastos com tanques retirados	(12.752)
Despesa com atualização	2.381
Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.667
<hr/>	
Circulante	4.382
Não circulante	50.285

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 21 Provisões e contingências (Consolidado)

### a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2018
IRPJ e CSLL (a.1.1)	515.829	-	-	-	16.512	532.341
PIS e COFINS (a.1.2)	34.927	-	(9.536)	-	880	26.271
ICMS	111.784	1.470	(8.435)	(4.468)	472	100.823
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	89.296	8.867	(3.490)	(3.780)	39	90.932
Trabalhistas (a.3.1)	82.425	32.430	(109)	(15.497)	1.924	101.173
Outras	91.535	826	(1.806)	-	976	91.531
Total	925.796	43.593	(23.376)	(23.745)	20.803	943.071
Circulante	64.550					77.822
Não circulante	861.246					865.249

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	727.493	659.062
Trabalhistas	69.978	71.074
Cíveis e outros	84.036	92.524
Total – ativo não circulante	881.507	822.660

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

## **a.1 Provisões tributárias e previdenciárias**

**a.1.1** Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 500.260 em 2018 (R\$ 483.485 em 2017). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

**a.1.2** As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., EMCA, IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais, em 31 de março de 2017, a Oxiteno Nordeste e a IPP reverteram a provisão que havia sido constituída no montante de R\$ 109.463 (vide notas explicativas nº 29 e 30).

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, até que ocorra o efetivo trânsito em julgado da decisão, as causas poderão ser reavaliadas, o que poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões no futuro, exceto para a Oxiteno S.A., cujo trânsito em julgado ocorreu e a controlada reconheceu no resultado o montante de R\$ 291.278 em 31 de dezembro de 2018 (vide notas explicativas nº 29 e 30).

## **a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias**

**a.2.1** A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 90.932 em 2018 (R\$ 89.296 em 2017).

## **a.3 Provisões trabalhistas**

**a.3.1** A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 101.173 em 2018 (R\$ 82.425 em 2017) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

## **b. Passivos contingentes (possíveis)**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.839.219 em 2018 (R\$ 2.576.583 em 2017).

### **b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.941.749 em 2018 (R\$ 1.709.435 em 2017), dos quais se destacam:

**b.1.1** A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 168.391 em 2018 (R\$ 166.003 em 2017).

**b.1.2** A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 836.393 em 2018 (R\$ 618.774 em 2017). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 318.550 em 2018 (R\$ 307.255 em 2017), dos quais R\$ 126.639 (R\$ 121.891 em 2017) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 125.703 em 2018 (R\$ 113.999 em 2017); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 121.745 em 2018 (inexistente em 2017); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 185.512 em 2018 (R\$ 149.171 em 2017) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

**b.1.3** A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 674.126 em 2018 (R\$ 645.868 em 2017) dos quais se destaca a seguinte:

**b.1.3.1** A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 193.771 em 2018 (R\$ 187.027 em 2017), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

## **b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 624.457 totalizando 3.520 processos em 2018 (R\$ 593.437 totalizando 2.783 processos em 2017), dos quais se destacam:

- b.2.1** A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 32.983 em 2018 (R\$ 32.315 em 2017). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.
- b.2.2** Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no valor de R\$ 95.987, a ser pago em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no valor total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no valor de R\$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no valor de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.
- b.2.3** A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2018, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 2018.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**b.2.4** Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira desfavorável para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente, em adição aos valores já reconhecidos. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 62.930 e R\$ 3.426 (R\$ 88.075 e R\$ 25.852 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.

### **b.3 Passivos contingentes trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 273.013 totalizando 1.726 processos em 2018 (R\$ 273.711 totalizando 1.899 processos em 2017), dos quais destaca-se:

**b.3.1** O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxitenos Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxitenos Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxitenos Nordeste e a EMCA. As decisões de 1ª instância foram favoráveis às empresas, e estão aguardando julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas.



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron**

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 3.609 (R\$ 3.452 em 2017) estão refletidas na consolidação dessas demonstrações financeiras, bem como os passivos contingentes identificados na data de aquisição, cuja provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida na combinação de negócio em 1 de dezembro de 2017, com saldo de R\$ 191.110 em 31 de dezembro de 2018. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

## **22 Contas a pagar - indenização a clientes**

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018.

Dos 150 mil m<sup>3</sup> que estavam paralisados, em junho de 2017, foram obtidas as licenças necessárias para a volta da operação do equivalente a 67,5 mil m<sup>3</sup>. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

O saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros está demonstrado abaixo:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	99.863
Adições	13.096
Baixas	(2.434)
Pagamentos	(38.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.216
Adições	21.757
Baixas	(25.986)
Pagamentos	(64.486)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.501

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 23 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i> (a)	18.668	19.537
Programa de fidelidade Km de Vantagens (b)	18.465	9.134
Programa de fidelidade Clube Extrafarma (b)	1.289	2.638
	<u>38.422</u>	<u>31.309</u>
Circulante	26.572	18.413
Não circulante	11.850	12.896

### a. Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 2018 eram representadas por 2.493 lojas (2.414 lojas em 2017). A *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 2018 eram representadas por 1.772 lojas (1.735 lojas em 2017).

### b. Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens ([www.kmdevantagens.com.br](http://www.kmdevantagens.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet ([www.postoipiranganaweb.com.br](http://www.postoipiranganaweb.com.br)) são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma ([www.clubeextrafarma.com.br](http://www.clubeextrafarma.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## **24 Bônus de subscrição – indenização**

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.412.119 ações e totalizavam R\$ 123.095 (2.415.848 ações que totalizavam R\$ 171.459 em 31 de dezembro de 2017). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2018 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 2.988.158 (3.035.499 ações em 31 de dezembro de 2017).

## **25 Patrimônio líquido**

### ***a. Capital social***

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 53,20.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2018, estavam em circulação no exterior 27.862.987 ações ordinárias na forma de ADRs (28.935.260 ações em 31 de dezembro de 2017).

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

***b. Instrumento patrimonial outorgado***

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

***c. Ações em tesouraria***

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de dezembro de 2018, 13.390.149 ações ordinárias (13.041.356 ações em 31 de dezembro de 2017) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,25 (R\$ 36,98 em 31 de dezembro de 2017).

***d. Reserva de capital***

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações.

***e. Reserva de reavaliação***

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

## ***f. Reservas de lucros***

### **f.1 Reserva legal**

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

### **f.2 Reserva de retenção de lucros**

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva foi totalmente incorporada ao capital social por deliberação da AGOE de 19 de abril de 2017.

### **f.3 Reserva estatutária para investimentos**

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.412.427 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.000.707 em 31 de dezembro de 2017-reapresentado).

## ***g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira***

### **g.1 Ajustes de avaliação patrimonial**

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Ajustes de avaliação patrimonial				Total
	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	
Em 1 de janeiro de 2017	(26.883)	-	2.896	-	(23.987)
Variação de valor justo dos instrumentos de hedge	(2.550)	-	-	-	(2.550)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	2.069	-	-	-	2.069
Diferença entre o valor justo da contraprestação recebida ou paga e a variação na participação dos não controladores	-	-	-	197.369	197.369
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(27.658)	-	(27.658)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	9.581	-	9.581
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	197.369	154.824
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(326.030)	(273)	-	-	(326.303)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	110.058	-	-	-	110.058
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(2.810)	-	(2.810)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	242	-	242
Em 31 de dezembro de 2018	(243.336)	(273)	(17.749)	197.369	(63.989)

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

## **g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira**

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 33.h.3.) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<b><u>Ajustes acumulados de conversão</u></b>
Em 1 de janeiro de 2017	7.519
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	<u>45.542</u>
Em 31 de dezembro de 2017	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	<u>12.796</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>65.857</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

#### ***h. Dividendos e destinação do resultado do exercício***

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 489.027 (R\$ 0,90 – noventa centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, e pagos a partir de 12 de março de 2018. Em 1 de agosto de 2018, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2018, no montante de R\$ 304.241 (R\$ 0,56 – cinquenta e seis centavos de Real por ação), pagos a partir de 20 de agosto de 2018. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 380.324 (R\$ 0,70 – setenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019, e serão pagos a partir de 13 de março de 2019.

	<b>31/12/2018</b>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	<u>1.150.421</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	575.210
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,56 por ação	<u>(304.241)</u>
Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	270.969
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	<u>109.355</u>
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,70 por ação	380.324
Reserva legal (5% do lucro líquido)	57.521
Reserva estatutária para investimentos	408.335

## **26 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b> <b>Reapresentado (i)</b>
Receita de vendas bruta	94.693.178	82.121.646
Receita de serviços prestados bruta	750.791	728.590
Impostos sobre vendas	(3.027.597)	(2.237.203)
Devoluções e abatimentos	(1.342.799)	(927.557)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(371.825)	(463.049)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 23)	<u>(3.765)</u>	<u>7.587</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>90.697.983</u>	<u>79.230.014</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 27 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	83.116.950	71.217.345
Gastos com pessoal	2.513.586	2.231.556
Fretes e armazenagens	1.178.990	1.117.467
Depreciação e amortização	812.489	704.544
Propaganda e marketing	173.988	192.441
Serviços prestados por terceiros	328.361	351.227
Aluguel de imóveis e equipamentos	253.695	196.970
Outras despesas	456.015	482.840
Total	<u>88.834.074</u>	<u>76.494.390</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	84.537.368	72.431.473
Despesas com vendas e comerciais	2.670.867	2.486.389
Despesas gerais e administrativas	1.625.839	1.576.528
Total	<u>88.834.074</u>	<u>76.494.390</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

## 28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 22.088 em 2018 (perda de R\$ 2.242 em 2017) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 29 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017
Parceria comercial <sup>(1)</sup>	53.671	52.731
Merchandising <sup>(2)</sup>	52.092	53.870
Programa de fidelidade <sup>(3)</sup>	25.682	26.419
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos <sup>(4)</sup>	(4.951)	(39.080)
Créditos extraordinários de PIS e COFINS - exclusão do ICMS na base de cálculo (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	172.087	49.152
Créditos extraordinários de PIS e COFINS – importação – exclusão do ICMS na base de cálculo (vide nota explicativa nº 7.a.2)	35.951	-
TCC – Cia Ultragaz e Bahiana <sup>(5)</sup>	-	(85.819)
Multa por aquisição de empresa não efetivada <sup>(6)</sup>	(286.160)	-
Outros	9.161	2.087
	<u>57.533</u>	<u>59.360</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>57.533</u>	<u>59.360</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

<sup>(2)</sup> Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

<sup>(3)</sup> Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

<sup>(4)</sup> Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 21.b.2.4 e 22.

<sup>(5)</sup> Para maiores informações sobre o TCC das controladas Cia. Ultragaz e Bahiana vide notas explicativas nº 21.b.2.2 e 30.

<sup>(6)</sup> Para maiores informações sobre a multa vide nota explicativa nº 3.e.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 30 Resultado financeiro

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	101.653	95.218	328.625	475.460
Juros de clientes	-	-	135.514	105.773
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	44.484	-	44.484	-
Juros Selic sobre créditos de PIS e COFINS (vide notas explicativas nº 7.a.2 e 21.a.1.2)	-	-	168.564	-
Outras receitas	-	-	4.048	3.868
	<u>146.137</u>	<u>95.218</u>	<u>681.235</u>	<u>585.101</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(440.641)	(672.102)
Juros sobre debêntures	(105.424)	(85.309)	(441.394)	(385.009)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(2.670)	(4.991)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(14.476)	(2.620)	(92.558)	(91.614)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	172.701	72.869
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	-	-	-	43.411
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	-	(20.360)	-	(20.360)
Atualização TCC – Bahiana (vide notas explicativas nº 21.b.2.2 e 29)	-	-	-	(13.509)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	588	9.791	11.908
	<u>(119.900)</u>	<u>(107.701)</u>	<u>(794.771)</u>	<u>(1.059.397)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>26.237</u>	<u>(12.483)</u>	<u>(113.536)</u>	<u>(474.296)</u>

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **31 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)**

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 24, respectivamente.

<b>Lucro básico por ação</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
		<b>Reapresentado (i)</b>
Lucro líquido da Sociedade	1.150.421	1.526.505
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	542.064	541.813
Lucro básico por ação - R\$	2,1223	2,8169
<b>Lucro diluído por ação</b>		
Lucro líquido da Sociedade	1.150.421	1.526.505
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	545.667	545.740
Lucro diluído por ação - R\$	2,1083	2,7968
<b>Média ponderada das ações (em milhares)</b>		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	542.064	541.813
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.302	2.395
Plano de ações	1.301	1.532
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>545.667</u>	<u>545.740</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## 32 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

### a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado (i)
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	7.043.246	6.071.002
Ipiranga	76.477.640	66.950.501
Oxiten	4.748.428	3.959.416
Ultracargo	493.649	438.360
Extrafarma	2.027.988	1.868.919
	<u>90.790.951</u>	<u>79.288.198</u>
Outros <sup>(1)</sup>	46.937	50.752
Vendas entre segmentos	<u>(139.905)</u>	<u>(108.936)</u>
Total	<u>90.697.983</u>	<u>79.230.014</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.879	2.178
Ipiranga	2.919	1.003
Oxiten	6.325	919
Ultracargo	82.573	54.174
Extrafarma	-	-
	<u>94.696</u>	<u>58.274</u>
Outros <sup>(1)</sup>	45.209	50.662
Total	<u>139.905</u>	<u>108.936</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	7.040.367	6.068.824
Ipiranga	76.474.721	66.949.498
Oxiten	4.742.103	3.958.497
Ultracargo	411.076	384.186
Extrafarma	2.027.988	1.868.919
	<u>90.696.255</u>	<u>79.229.924</u>
Outros <sup>(1)</sup>	1.728	90
Total	<u>90.697.983</u>	<u>79.230.014</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	35.567	255.935
Ipiranga	1.396.574	2.357.125
Oxiten	457.128	141.350
Ultracargo	124.720	75.042
Extrafarma	(118.329)	(37.721)
	<u>1.895.660</u>	<u>2.791.731</u>
Outros <sup>(1)</sup>	3.694	1.011
Total	<u>1.899.354</u>	<u>2.792.742</u>
Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:		
Ultragaz	12	1.245
Ipiranga	(18.169)	(19.777)
Oxiten	880	1.417
Ultracargo	1.350	1.578
	<u>(15.927)</u>	<u>(15.537)</u>
Outros <sup>(1)</sup>	1.148	36.210
Total	<u>(14.779)</u>	<u>20.673</u>
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	1.884.575	2.813.415
Resultado financeiro, líquido	<u>(113.536)</u>	<u>(474.296)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.771.039</u>	<u>2.339.119</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	245.069	244.187
Ipiranga	417.519	536.936
Oxiten	473.026	466.967
Ultracargo	167.034	105.028
Extrafarma	118.577	171.183
	<u>1.421.225</u>	<u>1.524.301</u>
Outros <sup>(1)</sup>	18.382	22.626
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 13 e 14)	1.439.607	1.546.927
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 20)	(264)	(537)
Juros capitalizados	<u>(23.438)</u>	<u>(22.243)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>1.415.905</u>	<u>1.524.147</u>
Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>390.177</u>	<u>529.732</u>
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	222.527	182.833
Ipiranga	283.426	245.424
Oxiten	167.357	153.110
Ultracargo	52.414	47.669
Extrafarma	71.552	60.856
	<u>797.276</u>	<u>689.892</u>
Outros <sup>(1)</sup>	15.213	14.652
Total	<u>812.489</u>	<u>704.544</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>371.825</u>	<u>463.049</u>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017 Reapresentado (i)</b>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.719.425	2.408.600
Ipiranga	15.381.887	15.388.646
Oxiten	7.452.331	6.557.456
Ultracargo	1.478.697	1.394.083
Extrafarma	2.107.901	1.948.808
	<u>29.140.241</u>	<u>27.697.593</u>
Outros <sup>(1)</sup>	1.359.154	586.753
Total	<u>30.499.395</u>	<u>28.284.346</u>

<sup>(1)</sup> A linha "Outros" é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos ("Serma") e Imaven Imóveis Ltda.

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**b. Informações relativas à área geográfica**

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Estados Unidos (*)	857.049	511.912
México	124.037	109.034
Uruguai	72.345	65.876
Venezuela (**)	2.427	22.480
	<u>1.055.858</u>	<u>709.302</u>

(\*) O aumento refere-se à construção da nova planta em Pasadena, Texas.

(\*\*) A redução deve-se aos efeitos da adoção do Bolívar Soberano (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
		<b>Reapresentado (i)</b>
Receita líquida das vendas:		
Brasil	89.183.342	77.986.363
México	207.615	190.205
Uruguai	48.096	33.873
Venezuela	68.877	54.788
Outros países da América Latina	425.973	427.875
Estados Unidos e Canadá	465.840	292.709
Extremo Oriente	96.394	72.469
Europa	138.347	119.097
Outros	63.499	52.635
Total	<u>90.697.983</u>	<u>79.230.014</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **33 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)**

#### ***a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança***

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## **b. Risco de moedas**

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiten.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

### **b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira**

em milhões de Reais	31/12/2018	31/12/2017
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	254,2	236,4
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	235,1	214,9
Outros ativos líquidos no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	1.384,9	930,0
	<u>1.874,2</u>	<u>1.381,3</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(5.515,6)	(4.416,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(567,7)	(173,1)
	<u>(6.083,3)</u>	<u>(4.589,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>2.483,0</u>	<u>1.777,6</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(1.726,1)</u>	<u>(1.430,4)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	282,7	(26,1)
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(2.008,8)	(1.404,3)

### **b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.726,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
(1) Efeito no resultado	Depreciação	28,3	70,7	141,4
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(200,9)	(502,2)	(1.004,4)
(1) + (2)	Efeito	<u>(172,6)</u>	<u>(431,5)</u>	<u>(863,0)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação	(28,3)	(70,7)	(141,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	200,9	502,2	1.004,4
(3) + (4)	Efeito	<u>172,6</u>	<u>431,5</u>	<u>863,0</u>

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.430,4 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
(1) Efeito no resultado	Depreciação	(2,6)	(6,5)	(13,0)
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(140,4)	(351,1)	(702,2)
(1) + (2)	Efeito	<u>(143,0)</u>	<u>(357,6)</u>	<u>(715,2)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação	2,6	6,5	13,0
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	140,4	351,1	702,2
(3) + (4)	Efeito	<u>143,0</u>	<u>357,6</u>	<u>715,2</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 25.g.2), hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior, hedge de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

### **c. Risco de juros**

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

### **c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes**

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

em milhões de Reais	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>CDI</b>			
Equivalentes de caixa	4.a	3.722,3	4.821,6
Aplicações financeiras	4.b	2.537,3	1.153,0
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33.g	33,9	29,9
Financiamentos e debêntures	15.a	(8.440,9)	(7.987,3)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33.g	(2.205,5)	(1.877,4)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - CDI	33.g	(823,5)	(586,6)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(5.176,4)</u>	<u>(4.446,8)</u>
<b>TJLP</b>			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	15.a	(201,2)	(301,9)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(201,2)</u>	<u>(301,9)</u>
<b>LIBOR</b>			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	33.g	811,6	984,3
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	15.a	(1.437,1)	(1.418,5)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(625,5)</u>	<u>(434,2)</u>
<b>TIIE</b>			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	15.a	(4,0)	(3,4)
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(4,0)</u>	<u>(3,4)</u>
<b>SELIC</b>			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	15.a	(51,5)	(100,3)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(51,5)</u>	<u>(100,3)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.058,6)</u>	<u>(5.286,6)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC) até 31 de dezembro de 2017 e 2018. Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2018		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<b><u>Exposição a juros flutuantes</u></b>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	32,7	81,7	163,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,2	0,5
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(55,0)	(137,4)	(274,9)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(33,7)	(73,4)	(139,6)
Despesa incremental		(55,9)	(128,9)	(250,7)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,7)	(4,2)	(8,3)
Despesa incremental		(1,7)	(4,2)	(8,3)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	2,8	6,9	13,9
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(9,1)	(18,1)
Despesa incremental		(0,8)	(2,2)	(4,2)
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	(0,1)	(0,3)	(0,5)
Despesa incremental		(0,1)	(0,3)	(0,5)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,4)	(1,0)	(2,0)
Despesa incremental		(0,4)	(1,0)	(2,0)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

		31/12/2017		
Em milhões de Reais	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<b><u>Exposição a juros flutuantes</u></b>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	47,3	118,1	236,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,2	0,5	1,0
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(67,2)	(168,0)	(336,0)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(38,6)	(94,2)	(186,7)
Despesa incremental		(58,3)	(143,6)	(285,4)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(2,3)	(5,6)	(11,3)
Despesa incremental		(2,3)	(5,6)	(11,3)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,4	3,4	6,8
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1,7)	(4,4)	(8,7)
Despesa incremental		(0,3)	(1,0)	(1,9)
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	(0,0)	(0,1)	(0,2)
Despesa incremental		(0,0)	(0,1)	(0,2)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(1,0)	(2,5)	(4,9)
Despesa incremental		(1,0)	(2,5)	(4,9)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

#### **d. Risco de crédito**

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

##### **d.1 Risco de crédito de instituições financeiras**

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

##### **d.2 Risco de crédito de governos**

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017
AAA	5.933.671	29.003
AA	707.358	6.076.520
A	262.553	192.638
BBB	90.824	71.767
<b>Total</b>	<b>6.994.406</b>	<b>6.369.928</b>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado (i)
Ipiranga	442.486	350.594
Ultragaz	61.975	83.627
Oxiten	12.371	10.755
Extrafarma	5.858	5.623
Ultracargo	2.089	2.179
	<hr/>	<hr/>
Total	524.779	452.778

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

#### **e. Risco de liquidez**

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 2.869 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 15.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2019 totaliza R\$ 1.762 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.792,1 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 2018 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	em milhões de Reais			
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos <sup>(1) (2)</sup>	19.323,8	2.869,0	4.089,7	7.820,3	4.544,8
Instrumentos de proteção <sup>(3)</sup>	388,3	55,2	172,9	147,7	12,5
Fornecedores	2.731,7	2.731,7	-	-	-

<sup>(1)</sup> Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 6,39% em 2018, 7,38% de 2019 a 2021, 8,52% de 2022 a 2023, 9,49% de 2024 a 2033 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,87 em 2018, R\$ 3,92 em 2019, R\$ 4,06 em 2020, R\$ 4,27 em 2021, R\$ 4,53 em 2022, R\$ 4,81 em 2023, R\$ 5,12 em 2024, R\$ 5,44 em 2025, R\$ 5,77 em 2026 e R\$ 6,13 em 2027 (iii) TJLP de 7,03% (iv) IGP-M de 8,12% em 2018, 4,14% em 2019 e 3,90% de 2020 a 2033 e (v) IPCA de 4,01% (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

<sup>(2)</sup> Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

<sup>(3)</sup> Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2018, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 31 de dezembro de 2018.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

***f. Gestão de capital***

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 15). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

***g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros***

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nocial)<sup>1</sup></u>		<u>Valor justo</u>		<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>
		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	
<u>Instrumentos de proteção</u>				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<u>Designados como <i>hedge accounting</i></u>							
<b>a – <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jul/2021 a nov/2023	US\$ 150,0	US\$ 240,0	577,5	788,6	577,5	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ 245,0	US\$ 203,6	973,7	665,6	973,7	-
Passivo em taxa de juros CDI		<u>US\$ (395,0)</u>	<u>US\$ (443,6)</u>	<u>(1.515,8)</u>	<u>(1.568,6)</u>	<u>-</u>	<u>1.515,8</u>
Resultado acumulado		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35,4</u>	<u>(114,4)</u>	<u>1.551,2</u>	<u>1.515,8</u>
<b>b – <i>Swaps</i> de juros em Reais</b>							
Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA	abr/2024 a dez/2025	R\$ 806,1	R\$ 566,1	859,1	583,3	859,1	-
Passivo em taxa de juros CDI		<u>R\$ (806,1)</u>	<u>R\$ (566,1)</u>	<u>(823,5)</u>	<u>(586,6)</u>	<u>-</u>	<u>823,5</u>
Resultado acumulado		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35,6</u>	<u>(3,3)</u>	<u>859,1</u>	<u>823,5</u>
<b>c – Opções</b>							
<i>Zero Cost Collar</i> (reais x dólares norte-americanos)	jan/2019 a dez/2019	US\$ 149,4	-	0,3	-	0,3	-
Resultado acumulado		<u>US\$ 149,4</u>	<u>-</u>	<u>0,3</u>	<u>-</u>	<u>0,3</u>	<u>-</u>
<u>Não designados como <i>hedge accounting</i></u>							
<b>d – <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jan/2019 a out/2026	US\$ 60,0	US\$ 60,0	234,1	195,7	234,1	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ 856,8	US\$ 753,0	731,6	157,5	731,6	-
Passivo em taxa de juros CDI		<u>US\$ (916,8)</u>	<u>US\$ (813,0)</u>	<u>(689,7)</u>	<u>(308,8)</u>	<u>-</u>	<u>689,7</u>
Resultado acumulado		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>276,0</u>	<u>44,4</u>	<u>965,7</u>	<u>689,7</u>
<b>e – <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM</b>							
Ativo em taxa de juros CDI	jan/2019 a abr/2019	US\$ 8,9	US\$ 9,1	33,9	29,9	33,9	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)		<u>US\$ (8,9)</u>	<u>US\$ (9,1)</u>	<u>(33,9)</u>	<u>(29,8)</u>	<u>-</u>	<u>33,9</u>
Resultado acumulado		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>0,1</u>	<u>33,9</u>	<u>33,9</u>
<b>Resultado acumulado total bruto</b>				347,3	(73,2)	3.410,2	3.062,9
Imposto de renda				<u>(27,9)</u>	<u>(4,7)</u>	<u>(27,9)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado acumulado total líquido</b>				<u>319,4</u>	<u>(77,9)</u>	<u>3.382,3</u>	<u>3.062,9</u>
<b>Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)</b>				363,3	85,8	2.296,3	1.932,9
<b>Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 15)</b>				(43,9)	(163,7)	1.086,0	1.130,0

<sup>1</sup> Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2018, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a e d - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compensar compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 1.311,8 milhões de principal com posição passiva, na média a 75,5% do CDI, sendo US\$ 368,8 milhões, com posição ativa a US\$ + 2,43% a.a., US\$ 210,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,29% a.a. e US\$ 733,0 milhões em *swap* de juros com posição ativa a US\$ + 5,65% a.a. Deste total, US\$ 395,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 15.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

b - Proteção à taxa de juros fixa + IPCA em empréstimo nacional – O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros de debênture emitida em Reais de fixa + IPCA para flutuante. Em 31 de dezembro de 2018 este contrato de *swap* totalizava R\$ 806,1 milhões de valor nominal, correspondente ao valor de principal da dívida objeto e tinha uma posição ativa em 4,57% a.a. + IPCA e passiva a 95,8% do CDI.

c - Proteção à exposição cambial do faturamento em moeda estrangeira – o objetivo deste contrato consiste na proteção da receita de vendas futuras altamente prováveis das controladas Oxitenos Nordeste, Oxitenos S.A., Oleoquímica e EMCA, denominadas em dólar, com relação aos impactos resultantes exclusivamente de variações na taxa de câmbio R\$/US\$, usando instrumentos derivativos (opções) por meio de uma estrutura de *zero cost collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (“*put*”) e na venda de uma opção de compra (“*call*”), contratados com a mesma contraparte e com prêmio líquido zero. Em 31 de dezembro de 2018 o valor do principal das operações de *zero cost collars* era de US\$ 149,4 milhões contratadas no intervalo de R\$/US\$ 3,6 e R\$/US\$ 4,6.

e - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxitenos S.A. e Oxitenos Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2018, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 8,9 milhões e tinham na média uma posição ativa a 32,9% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## ***h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)***

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

### ***h.1 Hedge de valor justo***

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	31/12/2018	31/12/2017
Valor nocional – US\$	395,0	320,0
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	149,2	(143,4)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(28,5)	16,5
Resultado financeiro da dívida – R\$	(215,9)	(4,1)
Custo médio efetivo - % do CDI	104,4	102,7

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	31/12/2018	31/12/2017
Valor nocional – R\$	806,1	566,1
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	25,8	(3,3)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(13,3)	19,1
Resultado financeiro da dívida – R\$	(50,2)	(18,5)
Custo médio efetivo - % do CDI	95,8	95,2

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

## **h.2 Hedge de fluxo de caixa**

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto (US\$ 115,0 milhões em 31 de dezembro de 2017). Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio liquidados em 2018, foi reconhecida no resultado em 2018 uma receita de R\$ 10,7 milhões (uma despesa de R\$ 45,4 milhões em 31 de dezembro de 2017), sendo transferido todo resultado não realizado de “Outros resultados abrangentes” para o resultado em 31 de dezembro de 2018 (ganho de R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquido de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões (US\$ 570,0 milhões em 31 de dezembro de 2017), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 (perda de R\$ 30,5 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (*zero cost collar*), totalizavam US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

## **h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior**

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 96,0 milhões (US\$ 113,0 milhões em 31 de dezembro de 2017), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 (perda de R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

***i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção***

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	<b>R\$ milhões</b>	
	<b>31/12/2018</b>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	181,5	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(3,8)	0,2
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	12,5	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(134,0)	(289,6)
Total	56,2	(289,4)

	<b>R\$ milhões</b>	
	<b>31/12/2017</b>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(72,1)	5,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	3,2	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	15,9	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(104,2)	(36,7)
Total	(157,2)	(31,4)

- (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);  
(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;  
(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e  
(iv) considera o resultado das notas no mercado externo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**j. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

		Nota explicativa	31/12/2018		31/12/2017	
			Valor contábil	Valor justo	Reapresentado (i)	Valor justo
Categoria						
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	205.482	205.482	147.926	147.926
	Mens. ao valor justo por					
Títulos de renda fixa em	outros resultados					
moeda nacional	abrangentes	4.a	3.722.308	3.722.308	4.821.605	4.821.605
Títulos de renda fixa em	Mens. ao valor justo por					
moeda estrangeira	meio do resultado	4.a	11.161	11.161	32.473	32.473
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda	Mens. ao valor justo por					
fixa em moeda nacional	meio do resultado	4.b	2.462.018	2.462.018	1.076.849	1.076.849
	Mens. ao valor justo					
Títulos e fundos de renda	outros resultados					
fixa em moeda nacional	abrangentes	4.b	2.208	2.208	2.720	2.720
Títulos e fundos de renda	Mens. pelo custo					
fixa em moeda nacional	amortizado	4.b	73.089	73.089	73.471	73.471
Títulos e fundos de renda	Mens. ao valor justo por					
fixa em moeda	outros resultados					
estrangeira	abrangentes	4.b	154.811	154.811	129.131	129.131
Instrumentos de proteção	Mens. ao valor justo por					
cambial e de juros	meio do resultado	4.b	363.329	363.329	85.753	85.753
Total			<u>6.994.406</u>	<u>6.994.406</u>	<u>6.369.928</u>	<u>6.369.928</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por					
	meio do resultado	15.a	1.567.374	1.567.374	1.047.809	1.047.809
Financiamentos	Mens. pelo custo					
	amortizado	15.a	6.889.310	6.840.079	6.740.872	6.761.907
Debêntures	Mens. pelo custo					
	amortizado	15.a	5.826.242	5.770.979	5.035.247	5.037.072
Debêntures	Mens. ao valor justo por					
	meio do resultado	15.a	833.213	833.213	554.402	554.402
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo					
financeiro	amortizado	15.a	46.066	46.066	48.515	48.515
Instrumentos de proteção	Mens. ao valor justo por					
cambial e de juros	meio do resultado	15.a	43.944	43.944	163.749	163.749
Bônus de subscrição -	Mens. ao valor justo por					
indenização	meio do resultado	24	123.095	123.095	171.459	171.459
Total			<u>15.329.244</u>	<u>15.224.750</u>	<u>13.762.053</u>	<u>13.784.913</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 15.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 15.a); (iii) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 15.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

### **j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

(c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas:

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	205.482	205.482	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.722.308	-	3.722.308	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	11.161	11.161	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.462.018	2.462.018	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.208	-	2.208	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.089	-	73.089	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	154.811	1.666	153.145	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	363.329	-	363.329	-
<b>Total</b>			<b>6.994.406</b>	<b>2.680.327</b>	<b>4.314.079</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	1.567.374	-	1.567.374	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15.a	6.840.079	2.841.436	3.998.643	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15.a	5.770.979	-	5.770.979	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	833.213	-	833.213	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15.a	46.066	-	46.066	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	43.944	-	43.944	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	123.095	-	123.095	-
<b>Total</b>			<b>15.224.750</b>	<b>2.841.436</b>	<b>12.383.314</b>	<b>-</b>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	147.926	147.926	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	4.821.605	-	4.821.605	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	32.473	32.473	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.720	-	2.720	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.471	-	73.471	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	129.131	40.556	88.575	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	85.753	-	85.753	-
<b>Total</b>			<b>6.369.928</b>	<b>1.297.804</b>	<b>5.072.124</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	1.047.809	-	1.047.809	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15.a	6.761.907	2.523.643	4.238.264	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15.a	5.037.072	-	5.037.072	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	554.402	-	554.402	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15.a	48.515	-	48.515	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	163.749	-	163.749	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	171.459	-	171.459	-
<b>Total</b>			<b>13.784.913</b>	<b>2.523.643</b>	<b>11.261.270</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos**

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial em dezembro de 2018 e 2017, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2018. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,86 (R\$ 5,83 em 31 de dezembro de 2017) no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

31/12/2018	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	372.022	1.039.669	1.707.316
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(372.019)	(1.039.661)	(1.707.303)
<b>(1)+(2)</b>	Efeito líquido	<u>3</u>	<u>8</u>	<u>13</u>
<b>Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos</b>				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(65)	8.545	17.154
(4) Margem bruta da Oxitenon		65	(8.545)	(17.154)
<b>(3)+(4)</b>	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Opções</b>				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	97.938	244.572
(6) Margem bruta da Oxitenon		7.641	(138.993)	(285.627)
<b>(5)+(6)</b>	Efeito líquido	<u>7.641</u>	<u>(41.055)</u>	<u>(41.055)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2017	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	198.138	690.432	1.182.726
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(198.130)	(690.415)	(1.182.700)
<b>(1)+(2)</b>	Efeito líquido	<u>8</u>	<u>17</u>	<u>26</u>
<b>Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos</b>				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(97)	7.486	15.069
(4) Margem bruta da Oxiteno		97	(7.486)	(15.069)
<b>(3)+(4)</b>	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 28 de dezembro de 2018 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

31/12/2018	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA</b>				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da	(311.993)	(254.409)	(188.047)
(2) Dívida a taxa fixa	taxa pré-fixada	311.993	254.409	188.047
<b>(1) + (2)</b>	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
31/12/2017	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA</b>				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da	13.691	95.292	192.204
(2) Dívida a taxa fixa	taxa pré-fixada	(13.691)	(95.292)	(192.204)
<b>(1) + (2)</b>	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 34 Compromissos (Consolidado)

#### a. Contratos

- a.1.** A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2018, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

- a.2.** A controlada Oxitenor Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2018 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.
- a.3.** A controlada Oxitenor S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxitenor tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 44.100 toneladas de eteno anuais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**b. Cobertura de seguros**

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

**Valor máximo indenizável (\*)**

Oxiten	US\$ 1.142 (equivalentes a R\$ 4.425 em 31/12/2018) (*)
Ipiranga	R\$ 1.032
Ultracargo	R\$ 949
Ultragaz	R\$ 266
Extrafarma	R\$ 160

(\*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 1.550 milhões em 31 de dezembro de 2018), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 310 milhões em 31 de dezembro de 2018), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.



(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**c. Contratos de arrendamento mercantil operacional**

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiten S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
<b>31/12/2018</b>	30.941	55.545	-	86.486

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
<b>31/12/2018</b>	a pagar	220.988	686.108	547.412	1.454.508
	a receber	(84.332)	(240.756)	(253.997)	(579.085)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 2018, foi R\$ 189.008 (R\$ 160.465 em 2017).